

Aula 00

Receita Federal (Auditor Fiscal)
Comércio Internacional - 2022
(Pré-Edital)

Autor:

Equipe Comércio Exterior e
Legislação Aduaneira, Felipe
Luccas

03 de Novembro de 2021

Sumário

1. Teorias do Comércio Internacional	2
1.1 - Introdução	2
1.2 – Teorias Clássicas do Comércio Internacional	3
1.3 – Teorema de Hecksher-Ohlin (Teoria Neoclássica)	9
1.4 -Novas teorias do Comércio Internacional	11
2. Políticas Comerciais	13
2.1 - Aspectos gerais	13
2.2 – O protecionismo no âmbito do sistema multilateral de comércio	17
2.3 – Argumentos protecionistas não amparados pela normativa do sistema multilateral de comércio.....	20
2.4 – Argumentos a favor do liberalismo	22
2.5 – Efeitos econômicos do protecionismo	24
2.6 - Modelos de Industrialização.....	26
2.6.1 - Industrialização por Substituição de Importações	26
2.6.2 - Industrialização Orientada Para Exportações	29
2.6.3 - Política Comercial Estratégica	30
2.7 - Barreiras tarifárias e não-tarifárias	31
2.7.1 – Barreiras não-tarifárias	31
2.7.2 – Barreiras Tarifárias	34
Lista de Questões	35
1 – Teorias do Comércio Internacional.....	35



Gabarito	41
Lista de Questões	41
2 – Políticas Comerciais	41
Gabarito	48
Questões Comentadas	49
1 – Teorias do Comércio Internacional	49
Questões Comentadas	59
2 – Políticas Comerciais	59

1. TEORIAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

1.1 - Introdução

O **comércio internacional** compreende toda a **circulação de bens e serviços** entre as fronteiras dos países, abrangendo as operações de compra e venda, aluguel, *leasing*, doação, financiamento e consignação, dentre outras. Dessa forma, dá-se o nome de comércio internacional ao conjunto global de relações comerciais estabelecidas pelos países entre si, por meio das quais estes buscam satisfazer suas necessidades.

As teorias do comércio internacional buscam explicar o fundamento das trocas internacionais, determinando o porquê de os países comercializarem bens e serviços entre si. Segundo Paul Krugman¹, **os países participam do comércio internacional por dois motivos básicos**.

Em primeiro lugar, em razão das diferenças entre eles, de modo que lhes é benéfica a **especialização** na produção daquilo que fazem melhor, deixando para adquirir de outros países os demais bens necessários. Em segundo lugar, porque a especialização leva a **economias de**

¹ KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional: teoria e política**. 8ª edição, São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2010



escala, isto é, ao se especializarem, os países produzem numa escala maior e de maneira mais eficiente do que se produzissem eles mesmos todos os bens de que necessitam.

Sabendo que as relações econômicas internacionais influenciam decisivamente no desenvolvimento e crescimento dos Estados, os governos se deparam diariamente com a dúvida a respeito de qual **nível de liberalização comercial** devem permitir.

Essa é uma questão muito difícil de ser resolvida, ainda mais por tratar de interesses antagônicos: de um lado, a indústria nacional deseja receber proteção; do outro, os consumidores querem comprar produtos mais baratos.



(Questão Inédita) O comércio internacional compreende apenas a circulação de bens entre as fronteiras dos países, não abrangendo a circulação de serviços.

Comentários

O comércio internacional compreende toda a circulação de bens e serviços entre as fronteiras dos países.

Gabarito: **errado**

1.2 – Teorias Clássicas do Comércio Internacional

No contexto das Grandes Navegações e centralização do poder político, **os Estados implementaram a política econômica do mercantilismo** e a burguesia emergiu como classe social de destacada importância no período.

Sob a égide desse sistema econômico, o Estado era eminentemente **protecionista** e intervencionista. No que diz respeito ao comércio internacional, o mercantilismo pregava a **acumulação da maior quantidade possível de ouro e prata e superávits na balança comercial** (exportações superiores às importações).

No final do século XVIII, a concepção mercantilista de riqueza começou, todavia, a ser **contestada pelo pensamento liberal**, que consagrava outro papel aos Estados. David Hume publica em 1758



seu ensaio "Da Balança Comercial" e Adam Smith publica em 1776 "A Riqueza das Nações". Eram os primeiros passos da filosofia liberal, que fundamentava a existência do comércio internacional.

Teoria das Vantagens Absolutas

No ano de 1776, Adam Smith publica a sua obra-prima "*Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*", Em sua tese, Smith advoga que **a fonte da riqueza é o trabalho**, contrariando a ideia mercantilista que atribuía esse papel à quantidade de metais preciosos existente no território de um país.

Segundo Adam Smith, o Estado deveria abster-se de intervir na economia, deixando que os mercados se autorregulassem. Adam Smith pregava, assim, a existência da **"mão invisível"** do mercado. Para ele, cada indivíduo, ao tentar satisfazer seu próprio interesse, promove de uma forma mais eficaz o interesse da sociedade do que quando realmente o pretende fazer.

De acordo com Adam Smith, o Estado não deveria intervir na economia, a não ser para **impedir a existência de monopólios**, ou em **atividades que, embora não despertem o interesse da iniciativa privada, sejam fundamentais**.

No campo do comércio internacional, as ideias de Adam Smith deram fundamento à **divisão internacional da produção**. Cada país se especializaria na produção de bens em que possuísse **maior eficiência**, isto é, em bens que pudesse produzir a um custo menor.

Essa era a **Teoria das Vantagens Absolutas**, segundo a qual o comércio internacional resultante da divisão da produção possibilita diminuição de custos e aumento do bem-estar à sociedade como um todo. Vejamos um exemplo bem clássico:

Imagine dois países (Brasil e Inglaterra). No Brasil, um trabalhador consegue produzir **2 sapatos / hora ou 5 bolsas / hora**. Na Inglaterra, um trabalhador consegue produzir **5 sapatos / hora ou 2 bolsas / hora**. Olhando os números, percebe-se que o Brasil é mais eficiente na produção de bolsas, ao passo que a Inglaterra é mais eficiente na produção de sapatos. Assim, segundo Adam Smith, o Brasil deve se especializar na produção de bolsas enquanto a Inglaterra se especializa na produção de sapatos.

Se cada país se especializar na produção de um bem, teremos, ao final de 4 horas de trabalho:

⇒ **No Brasil:** 5 bolsas / h x 4 h = 20 bolsas.

⇒ **Na Inglaterra:** 5 sapatos / h x 4h = 20 sapatos.

⇒ A sociedade como um todo **produz 20 bolsas e 20 sapatos**.



Se ninguém se especializasse em nada e cada país trabalhasse 2 horas na produção de sapatos e 2 horas na produção de bolsas, teríamos:

🏠 **No Brasil:** 5 bolsas / h x 2 h = 10 bolsas - 2 sapatos / h x 2 h = 4 sapatos.

🏠 **Na Inglaterra:** 2 bolsas / h x 2 h = 4 bolsas - 5 sapatos / h x 2 h = 10 sapatos.

🏠 A sociedade como um todo **produz 14 bolsas e 14 sapatos.**

Comparando as duas situações, percebe-se que é melhor para a sociedade como um todo que cada país se especialize na produção de um bem, o que referenda a tese de Adam Smith. A Teoria das Vantagens Absolutas apresenta, portanto, uma alternativa para potencializar a produtividade da economia como um todo e trazer aumento de bem-estar à sociedade.

A Teoria das Vantagens Absolutas **não era suficiente**, entretanto, para explicar o comércio entre dois países quando um deles fosse, comparado ao outro, **mais eficiente na produção de todos os bens**. A solução a esse questionamento foi dada pela **Teoria das Vantagens Comparativas**, que estudaremos no próximo tópico.



(AFRF-2000) A Teoria das Vantagens Absolutas afirma em quais condições determinado produto ou serviço poderia ser oferecido com custo de oportunidade maior que o do concorrente.

Comentários

A Teoria das Vantagens Absolutas afirma que os países devem se especializar na produção daquilo em que forem mais eficientes. A forma de se medir essa eficiência é pelo custo de produção. Logo, cada país deve se especializar na produção dos produtos que tenham **menor custo de produção**.

Gabarito: **errado**

1.2.2 - Teoria das Vantagens Comparativas

A Teoria das Vantagens Comparativas, também chamada de Teoria dos Custos Comparados, foi elaborada por David Ricardo. Ela tem como objetivo principal explicar que o comércio internacional será vantajoso mesmo quando **um país for mais eficiente na produção de todos os**



bens. Em outras palavras, o comércio internacional existirá **ainda que um país possua vantagens absolutas** na produção de todos os bens considerados.

Imaginemos, novamente, 2 países: Brasil e Inglaterra. No Brasil, um trabalhador consegue produzir **1 sapato / hora ou 2 bolsas / hora**. Na Inglaterra, um trabalhador consegue produzir **6 sapatos / hora ou 3 bolsas / hora**. Se fôssemos levar em consideração a **Teoria das Vantagens Absolutas**, não haveria comércio entre os dois países, já que a Inglaterra é mais eficiente que o Brasil na produção de todos os produtos.

Todavia, segundo a Teoria das Vantagens Comparativas, o comércio internacional traz benefícios mesmo diante desse tipo de situação. Embora seja mais eficiente que o Brasil tanto na produção de sapatos quanto na produção e bolsas, a Inglaterra é **relativamente mais eficiente** na produção de sapatos.

Ora, se a Inglaterra optasse por não comercializar com o Brasil, já que é absolutamente mais eficiente na produção de ambos os bens, ao longo de 4 horas, dividindo-se o tempo entre a produção de bolsas e a de sapatos (2 horas para cada), nós teríamos:

- ✎ **No Brasil:** $2 \text{ bolsas} / \text{h} \times 2 \text{ h} = 4 \text{ bolsas}$ - $1 \text{ sapato} / \text{h} \times 2 \text{ h} = 2 \text{ sapatos}$.
- ✎ **Na Inglaterra:** $3 \text{ bolsas} / \text{h} \times 2 \text{ h} = 6 \text{ bolsas}$ - $6 \text{ sapatos} / \text{h} \times 2 \text{ h} = 12 \text{ sapatos}$.
- ✎ A sociedade como um todo **produz 10 bolsas e 14 sapatos**.

Ao todo, o mercado contaria com 14 sapatos e 10 bolsas (total de 24 itens produzidos). Suponhamos que tanto as bolsas quanto os sapatos possuam valor de mercado equivalente a US\$ 10 (dez dólares). A riqueza total produzida ao final de 4 horas seria equivalente a US\$ 240 (duzentos e quarenta dólares).

Entretanto, a partir do momento em que a Inglaterra se especializa na produção de sapatos e estabelece comércio com o Brasil, que se especializa na produção de bolsas, ao final de 4 horas nós temos:

- ✎ **No Brasil:** $2 \text{ bolsas} / \text{h} \times 4 \text{ h} = 8 \text{ bolsas}$.
- ✎ **Na Inglaterra:** $6 \text{ sapatos} / \text{h} \times 4 \text{ h} = 24 \text{ sapatos}$.
- ✎ A sociedade como um todo **produz 8 bolsas e 24 sapatos**.



Ao todo, o mercado passa a contar com 24 sapatos e 8 bolsas (total de 32 itens), sendo produzida uma riqueza total equivalente a US\$ 320 (trezentos e vinte dólares) ao final de 4 horas.

Vejam, portanto, que a existência de comércio entre os países beneficia a economia com uma **maior quantidade riqueza produzida**, como resultado da **especialização baseada nas vantagens comparativas**.

Destaque-se que, no modelo ricardiano, os custos de produção estão baseados unicamente na **produtividade do trabalho (modelo de um único fator)**. Assim, espera-se que os países se especializem na produção de bens que o seu trabalho produza de forma **relativamente eficiente** e importem bens que seu trabalho produza de forma comparativamente ineficiente², ou, colocando em outros termos, espera-se que os países se especializem na produção dos bens com **custo de oportunidade relativamente menor**³.

Nessa toada, ressaltamos oportuno tecer alguns comentários, também, a respeito da situação dos **salários relativos**, isto é, da **comparação entre os salários recebidos pelos trabalhadores de cada país**, e da consequente **vantagem de custo** daí decorrente, notadamente em consonância com a **especialização** prevista pela teoria.

Como na Inglaterra o trabalhador é capaz de produzir 6 sapatos por hora, o seu salário será equivalente 6 sapatos por hora de trabalho. No Brasil, por outro lado, como o trabalhador é capaz de produzir 2 bolsas por hora, o seu salário será equivalente a 2 bolsas por hora de trabalho.

Para que descubramos o valor monetário desses salários, precisamos saber os preços de venda dos sapatos e das bolsas. Imaginemos, mais uma vez, que tanto as bolsas quanto os sapatos sejam vendidos, ambos, por US\$ 10,00 (dez dólares).

Nesse caso, o trabalhador da Inglaterra ganhará US\$ 60,00 (sessenta dólares) por hora, enquanto o salário do trabalhador do Brasil será de apenas US\$ 20,00 (vinte dólares) por hora.

² KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional: teoria e política**. 8ª edição, São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2010

³ O termo "custo de oportunidade", em economia, refere-se ao custo em que alguém incorre por escolher uma opção em detrimento de outra. É o custo pela oportunidade renunciada, pelo benefício não obtido.



O **salário relativo** dos trabalhadores de um país é encontrado dividindo-se o valor/hora por eles recebido pelo valor/hora recebido pelos trabalhadores de outro país⁴. A **produtividade relativa**, por outro lado, é encontrada dividindo-se a capacidade de produção/hora do trabalhador de um país pela capacidade de produção/hora do trabalhador de outro país.

Percebam que, em razão de sua baixa taxa salarial, o Brasil tem uma **vantagem de custo** na produção de bolsas, apesar de sua menor produtividade em relação à Inglaterra. Segundo Paul Krugman⁵, a tendência é que **os bens sejam produzidos onde é mais barato fazê-lo**, e o país tem uma vantagem de custo sempre que a sua **produtividade relativa for maior que seu salário relativo**.

No entanto, ainda de acordo com Paul Krugman⁶, o modelo das vantagens comparativas faz projeções equivocadas em vários aspectos:

- 1) O modelo das vantagens comparativas prevê um grau de especialização muito elevado, que não existe na prática.
- 2) O modelo ricardiano considera que o comércio internacional não produz efeitos indiretos sobre a distribuição de renda no interior dos países. Todavia, os efeitos práticos do comércio internacional sobre a renda são bastante fortes.
- 3) O modelo ricardiano **não reconhece** que uma das causas do comércio internacional são as diferenças entre as **dotações de recursos** entre os países. Tal constatação só aparece com o Teorema Hecksher-Ohlin, conforme a seguir.
- 4) O modelo das vantagens comparativas não leva em conta que uma das causas do comércio são as **economias de escala**.



⁴ KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice; Melitz, Marc J. **Economia Internacional**. 10ª edição, São Paulo: Pearson Education do Brasil. 2015

⁵ KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice; Melitz, Marc J. **Economia Internacional**. 10ª edição, São Paulo: Pearson Education do Brasil. 2015

⁶ KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional: teoria e política**. 8ª edição, São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2010



(AFRF-2002.2- adaptada) Segundo a teoria clássica do comércio internacional, na concepção de David Ricardo, o comércio entre dois países é mutuamente benéfico quando cada país especializa-se na produção de bens nos quais possa empregar a menor quantidade de trabalho possível, independentemente das condições de produção e do preço dos mesmos bens no outro país, o que permitirá a ambos auferir maiores lucros com a exportação do que com a venda daqueles bens nos respectivos mercados internos.

Comentários:

Pela Teoria das Vantagens Comparativas, cada país se especializa na produção dos bens cujos custos de produção interno sejam relativamente inferiores em comparação com os demais países – ou seja, importam as condições de produção do mesmo bem em outro país.

Gabarito: **errado**

1.3 – Teorema de Hecksher-Ohlin (Teoria Neoclássica)

As trocas internacionais não podem ser explicadas exclusivamente por diferenças na produtividade do trabalho. Ao contrário, há vários outros fatores de produção envolvidos. Segundo Krugman⁷, *uma visão realista do comércio deve levar em conta não apenas a importância do trabalho, mas também de outros fatores de produção, como terra, capital e recursos minerais.*

Segundo o **Teorema Hecksher-Ohlin**, os **países se especializam na produção de bens intensivos no fator de produção abundante em seu território**. Dessa forma, se um país possui abundância do fator de produção terra, ele irá se especializar na produção e exportação de bens que sejam intensivos em terra. Do mesmo modo, se um país possui abundância do fator de produção capital, ele se especializará na produção e exportação de bens intensivos em capital.

O Teorema Hecksher-Ohlin não nega a Teoria das Vantagens Comparativas, mas sim a complementa, explicando o porquê cada país possui vantagem na produção de determinado bem. Com efeito, o fator determinante da especialização é a **dotação de fatores de produção**. Daí esse teorema ser também conhecido como **Teoria da Proporção dos Fatores**.

⁷ KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional: teoria e política**. 8ª edição, São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010



Pode-se dizer que, nesse modelo, as **vantagens comparativas são determinadas pela abundância dos fatores de produção**. Cabe enfatizar que estamos aqui falando em **abundância relativa** (oferta relativa) de fatores de produção. Nesse sentido, haverá comércio entre dois países mesmo que um deles tenha maior dotação absoluta que o outro em todos os fatores de produção.

O comércio internacional é, assim, decorrente das diferentes dotações dos fatores de produção entre os países. Ao comercializarem seus produtos, é como se os países estivessem comercializando fatores de produção.

Cabe destacar que, no modelo Hecksher-Ohlin, considera-se que as tecnologias dos países são as mesmas, somente variando a dotação dos fatores de produção.⁸ Destaque-se que dizer que as tecnologias dos países são as mesmas significa assumir que a **tecnologia é uma constante** nesse modelo.



(AFRF-2002.2- adaptada) De acordo com a moderna teoria do comércio internacional, segundo o modelo Hecksher-Ohlin, a produtividade da mão-de-obra determina os padrões de especialização e as possibilidades de comércio entre os países.

Comentários:

Segundo o modelo de Hecksher-Ohlin, o padrão de especialização é determinado pela dotação dos fatores de produção. O modelo ricardiano é que estabelece que a especialização decorre da produtividade da mão-de-obra.

Gabarito: **errado**.

⁸ A tecnologia molda os fatores de produção, combinando-os de forma mais ou menos eficiente para a fabricação de um bem.



1.4 - Novas teorias do Comércio Internacional

1.4.1- Economias de escala via especialização

Segundo Paul Krugman⁹, as **economias de escala** permitem que exista **comércio entre dois países** mesmo que estes **possuam idênticas** dotações de fatores de produção. As economias de escala, também chamadas de ganhos de escala, ocorrem quando o aumento dos fatores produtivos (trabalho, capital) empregados na fabricação de um bem leva a um aumento mais do que proporcional da produção.

Há economias de escala, por exemplo, quando os fatores de produção são duplicados e a produção mais do que dobra. Podemos dizer que, diante de economias de escala, o custo de se produzir o próximo produto (custo marginal) é cada vez menor.

As economias de escala **surgem com a especialização**. Cada país, ao produzir um **número restrito de bens**, terá condições de fazê-lo de maneira bem **mais eficiente** do que se tentasse produzir tudo. A grande questão é que essas economias de escala levam, na maioria das vezes, a estruturas de mercado distintas da concorrência perfeita.

1.4.2 - Teoria dos Gostos dos Consumidores

Aqui, o comércio internacional seria determinado pelo comportamento da demanda, a qual é influenciada pelos gostos dos consumidores. Os gostos dos consumidores, por sua vez, são condicionados pelo **nível de renda de uma economia**. Nesse sentido, se a renda de um país é elevada, haverá maior demanda por bens sofisticados; por outro lado, se a renda é baixa, a demanda por bens sofisticados não será muito grande.

Dessa forma, quanto maior a semelhança de demanda entre dois países, mais semelhante será também a estrutura produtiva deles, notadamente considerando a necessidade de especialização para ganhos de escala. Além disso, **quanto mais semelhante for a demanda em dois países, maior será o fluxo comercial entre eles**. Em outras palavras, quanto mais semelhante for o nível de renda, maior será o volume das trocas comerciais entre os países.

⁹ KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional: teoria e política**. 8ª edição, São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.



A hipótese de Linder explica, assim, o porquê do intenso fluxo comercial entre países desenvolvidos. Ela também **justifica a existência do comércio intraindústria**, isto é, o comércio de bens produzidos pelo mesmo segmento industrial.

Cabe destacar, ainda, que Linder não pretendeu, com sua teoria, explicar o comércio de bens agrícolas, mas tão somente o comércio de bens manufaturados. O comércio de bens agrícolas continuaria a ser explicado pelo modelo da dotação de fatores.

1.4.3 - Concorrência Monopolística

A concorrência monopolística é uma estrutura de mercado que se caracteriza pela presença de um **grande número de empresas**, cada uma possuindo o **monopólio de seu próprio produto** (concorrência imperfeita).

Na concorrência monopolística, as empresas obtêm o monopólio em virtude da **diferenciação do produto**. Existem vários refrigerantes, mas a marca Coca-Cola é um monopólio daquela empresa. Existem várias marcas de bolsas, mas a marca Dolce Gabana é monopólio daquela empresa.

Imaginemos dois países, "A" e "B", os quais possuem, cada um, várias fábricas de automóveis. Se considerarmos todas essas fábricas, são produzidos nesses dois países cerca de 60 modelos de automóveis.

Suponhamos, no entanto, que não haja uma organização nesse mercado. A Honda possui uma fábrica no país A e uma fábrica no país B, as quais produzem, ao mesmo tempo, o Honda Civic e o Honda Accord. A Renault também possui uma fábrica no país A e uma fábrica no país B, as quais produzem, simultaneamente, o Renault Clio e o Renault Megane.

Nesse mercado desorganizado, são produzidos, tanto no país A quanto no país B, os 60 modelos de automóveis fabricados na região.

Essa não é a situação ideal. As empresas fabricantes de automóveis estão perdendo os ganhos de escala. A Honda deveria produzir o Honda Civic apenas no país A e o Honda Accord apenas no país B. A Renault deveria produzir o Renault Clio apenas no país A e o Renault Megane apenas no país B. Fazendo essa divisão, as empresas irão conseguir otimizar seus recursos, reduzindo custos e produzindo em maior quantidade, o que lhes permitirá beneficiar-se das **economias de escala**, que resultarão dos **ganhos de especialização**.

Nessa nova situação, nenhum dos dois países produz a totalidade das modelos de automóveis, o que dá ensejo ao comércio internacional. Se um consumidor do país A deseja comprar um Renault Megane, ele deverá importá-lo do país B. Da mesma forma, se um consumidor do país B deseja comprar um Honda Civic, ele deverá comprá-lo do país A.



As economias de escala permitem, portanto, a **existência do comércio intraindústria**, assim denominado o comércio dentro de um mesmo setor industrial. Apesar de uma parte importante dos fluxos de comércio exterior na atualidade ser resultante do comércio intraindústria, este convive com o comércio interindústria.



(ACE-2008) A hipótese de Linder de que o volume de comércio é maior entre países ricos e semelhantes do que entre países com níveis de rendimento per capita distintos decorre, em parte, da existência de economias de escala e dos padrões diferenciados de demanda que prevalecem nesses dois grupos de países.

Comentários:

Segundo Linder, quanto mais semelhante for a estrutura de demanda entre dois países, maior será o volume de comércio entre eles.

Gabarito: **certo**

2. POLÍTICAS COMERCIAIS

2.1 - Aspectos gerais

A política comercial é, ao lado da política monetária, fiscal e cambial, uma vertente da política macroeconômica conduzida por um governo. Ela determina a forma pela qual um país se relaciona com outros países no que diz respeito ao comércio exterior (exportações e importações)

O protecionismo é uma política comercial que representa a contraposição às ideias liberais apregoadas pelas teorias do comércio internacional. Os protecionistas enxergam o livre comércio como algo perigoso aos interesses nacionais e pregam pela proteção à indústria nacional. Assim, uma **política comercial protecionista** é a que **impõe restrições à livre circulação de mercadorias e serviços**.

Para falar um pouco sobre a história do protecionismo, precisamos voltar à Idade Moderna, quando a política econômica dos Estados era baseada no **mercantilismo**, que **não foi um sistema aplicado homogeneamente na Europa**. Na verdade, havia vários “estilos” de mercantilismo.



Espanha e Portugal tinham como base fundamental a extração das riquezas coloniais; a Inglaterra, por sua vez, buscou desenvolver mais seu comércio exterior de produtos manufaturados.

Podemos dizer que as **principais características do mercantilismo** eram: i) protecionismo alfandegário (com o objetivo de obter superávits comerciais); ii) atuação ativa do Estado (intervencionismo estatal) e; iii) busca de acumulação de ouro e prata (quanto mais ouro e prata um país possuísse em seu território, mais rico ele seria). Os mercantilistas consideravam também que **a existência de uma população numerosa seria benéfica ao país**, uma vez que resultaria em maior disponibilidade do fator de produção “trabalho”.

Os teóricos mercantilistas pregavam **o desenvolvimento econômico por meio do enriquecimento das nações pelo comércio exterior e pela exploração das riquezas coloniais**. Quanto mais um país exportasse e menos importasse, mais riqueza ele teria em seu território. Para isso, os Estados adotavam práticas de protecionismo alfandegário - com a imposição de barreiras tarifárias ao comércio exterior - e medidas que incentivavam a exportação. O objetivo era **aumentar o bem-estar nacional por meio da acumulação de ouro e prata**.

Segundo os mercantilistas, quanto mais ouro e prata um país possuísse em seu território, mais caros se tornariam seus produtos, os quais valeriam mais no mercado internacional¹⁰. Assim, esses produtos seriam exportados por preços elevados e, conseqüentemente, entraria ainda mais ouro e prata no território do país. Mas será que isso era verdade?

Não. David Hume contestou essa lógica mercantilista. Para ele, os *superávits* e *déficits* que um país tivesse em sua Balança Comercial seriam automaticamente corrigidos pelas forças do mercado. Era a **Teoria Fluxo-Espécie-Preço**. Assim, para Hume, **não poderia haver uma acumulação infinita de ouro e prata**.

Modernamente, fala-se na existência de um **neomercantilismo**, que é uma política comercial eminentemente protecionista, baseada em estímulos às exportações e imposição de restrições às importações. O objetivo principal dessas políticas é alcançar superávits na Balança Comercial. A característica marcante do neomercantilismo (neoprotecionismo) é a **ampla utilização de barreiras não-tarifárias**, o que nos permite afirmar que se trata de um protecionismo mais “requintado”. É uma **nova forma de protecionismo**.

¹⁰ A ideia de que quanto mais ouro e prata um país tiver em seu território mais caros se tornam seus produtos é compatível com a **Teoria Quantitativa da Moeda**, assunto estudado em Economia.



Voltando ao século XVIII, com o surgimento da Teoria das Vantagens Absolutas de Adam Smith e, em seguida, da Teoria das Vantagens Comparativas de David Ricardo, o protecionismo começou a perder seu espaço.

Ganha espaço, então, o **livre-cambismo**, que pregava que **os mercados possuem a capacidade de se autorregular** e que um comércio internacional livre de barreiras seria fundamental para o crescimento e desenvolvimento econômico, na medida em que a **livre troca de produtos no mercado internacional** estabelece um cenário de **concorrência perfeita**, promovendo uma **divisão internacional do trabalho** (especialização) e fazendo com que os bens sejam negociados por seus **preços mínimos**.

O livre-cambismo, apregoadado por Adam Smith, defendia, assim, a remoção dos obstáculos legais ao comércio internacional. Nesse cenário, a atuação do Estado deveria limitar-se a promover a manutenção da lei e da ordem.

Todavia, no período entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundiais, particularmente a partir da quebra da Bolsa de Nova York em 1929, os países recrudesceram fortemente as práticas protecionistas.

Numa tentativa de combater essa nova onda de protecionismo, em 1947, os países assinaram o GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*) e por meio de sucessivas rodadas de negociação foram progressivamente reduzindo as tarifas aduaneiras incidentes nas importações.

Foram precisamente essas **progressivas reduções tarifárias e o crescente acesso a mercados** que ensejaram o surgimento de uma **nova forma de protecionismo: a utilização de barreiras não-tarifárias**. Barreiras não-tarifárias são todas as **restrições ao comércio internacional que não são impostas por meio de tarifas aduaneiras**. Assim, uma regulamentação técnica (requisitos de segurança para brinquedos, por exemplo) ou uma medida sanitária ou fitossanitária são espécies de barreiras não-tarifárias.

As barreiras não-tarifárias se transformaram, assim, na “nova cara” do protecionismo, muitas vezes passando a representar obstáculos arbitrários e desnecessários ao comércio internacional. Era preciso, portanto, regulamentá-las.

Assim, em **1994** foi criada a **Organização Mundial do Comércio**. A partir daí passou a haver uma organização internacional responsável por administrar o sistema multilateral de comércio, contribuindo para a liberalização do comércio internacional, seja por meio da progressiva redução tarifária, seja por meio de um esforço de regulamentação das barreiras não-tarifárias.

Ainda assim as práticas protecionistas perduram até os dias atuais. Logo, embora possamos dizer que, ao longo do tempo, houve uma progressiva redução do protecionismo, este, de forma



alguma, foi eliminado. Destaque-se, ainda, que a **crise financeira de 2008 provocou um recrudescimento das práticas protecionistas**. É um detalhe importante: o protecionismo é adotado tanto por países desenvolvidos quanto por países em desenvolvimento.

Atualmente, o **protecionismo se evidencia principalmente no campo agrícola**, setor econômico bastante protegido, principalmente pelos países desenvolvidos. Como exemplo, cita-se os elevados subsídios concedidos pelos países europeus aos produtos agrícolas. Esse é, inclusive, um **empecilho ao fechamento da Rodada de Doha** – os países desenvolvidos não querem fazer concessões em termos de acesso a mercado no que diz respeito aos produtos agrícolas, enquanto pedem concessões em NAMA (*Non Agricultural Market Access*).

A Rodada de Doha, como já comentamos, ainda não foi encerrada. No entanto, o sistema multilateral de comércio ganhou um fôlego com a realização da Conferência Ministerial de Bali (2013), na qual foi celebrado o primeiro acordo multilateral desde a criação da OMC: o **Acordo de Facilitação de Comércio**.

Segundo diversos economistas, **o comércio internacional é considerado o grande motor do desenvolvimento econômico**. Nesse sentido, cresce de importância a política de comércio exterior adotada por cada país, a qual pode variar desde o protecionismo exacerbado até a ampla liberalização comercial.

A política comercial adotada por um país está, portanto, diretamente relacionada à estratégia de desenvolvimento por ele levada a cabo. Em outras palavras, **a estratégia de desenvolvimento de cada país varia segundo o grau de exposição de sua economia ao mercado internacional**.



(AFRFB-2009- adaptada) As políticas comerciais inspiradas pelo neo-mercantilismo privilegiam a obtenção de superávits comerciais notadamente pela via da diversificação dos mercados de exportação para produtos de maior valor agregado.

Comentários:

Os superávits na Balança Comercial defendidos pelo neomercantilismo são conquistados por meio de estímulo às exportações e imposição de restrições às importações (e não pela diversificação dos mercados de exportação).

Gabarito: errado



2.2 – O protecionismo no âmbito do sistema multilateral de comércio

O sistema multilateral de comércio, hoje administrado pela OMC, foi criado para limitar a adoção de práticas protecionistas. Com efeito, **as regras do sistema multilateral inibem a utilização de práticas protecionistas**, na medida em que regulamentam como estas podem ser usadas.

Existem, contudo, várias situações em que a Organização Mundial do Comércio autoriza que sejam adotadas práticas protecionistas. As práticas protecionistas encontram amparo na normativa da OMC quando destinadas à proteção da indústria nascente, promoção da segurança nacional, deslealdade comercial, diante de restrições no Balanço de Pagamentos, diante de um surto de importações ou, ainda, em razão de exceções gerais relacionadas no art. XX do GATT.

2.2.1 – Proteção à Indústria Nascente

A **proteção à indústria nascente**, ideia originalmente concebida pelo alemão Friedrich List, está regulamentada pelo art. XVIII do GATT, intitulado “Ajuda do Estado em favor do desenvolvimento econômico”.

A normativa da OMC é, no entanto, bem restritiva em relação aos países que podem utilizar esse mecanismo protecionista. Somente podem invocar a proteção à indústria nascente como argumento para adotar medidas que afetem as importações (como tarifas ou quotas de importação, por exemplo) aqueles países cujas economias estejam nos **primeiros estágios de desenvolvimento**.

Destaque-se que também não poderá ser concedida à indústria nacional proteção por tempo indeterminado com fundamento no art. XVIII do GATT. Tal **proteção é temporária**, limitada ao tempo necessário para que a indústria possa sair dos primeiros estágios de desenvolvimento e enfrentar a concorrência internacional.

O fundamento teórico para a proteção à indústria nascente são as ideias de Friedrich List. Segundo ele, é complicado que a indústria nacional possa se desenvolver caso o mercado esteja dominado por empresas estrangeiras oriundas de países economicamente mais desenvolvidos. Assim, para que a indústria nacional possa se desenvolver e, a médio prazo, concorrer com as indústrias estrangeiras, faz-se mister a adoção de um **“protecionismo educador”**. De acordo com List, o livre comércio não seria bom, portanto, para todos os países, mas somente para aqueles que tivessem uma economia mais madura.

O princípio do **“aprender fazendo”** (*learning by doing*) permite justificar a proteção à indústria nascente. Isso quer dizer que uma indústria protegida durante seus primeiros estágios de



desenvolvimento consegue desenvolver-se tecnologicamente e, ao acumular conhecimento e experiência, passa a gozar dos benefícios das economias de escala.

O argumento da proteção à indústria nascente, embora tenha muita lógica, tem algumas premissas questionáveis. Segundo Krugman¹¹, *para justificar o argumento da indústria nascente, é necessário ir além do ponto de vista plausível, ainda que questionável, de que os setores sempre precisam ser protegidos quando novos.* Nesse sentido, **a teoria econômica defende que a proteção à indústria nascente se justifica somente diante de falhas de mercado**, como as imperfeições do mercado de capitais.

Segundo alguns economistas, a **existência de falhas de mercado** (mercado financeiro ineficiente, por exemplo) é um argumento para a utilização de práticas protecionistas (tarifas e subsídios) que tenham como objetivo proteger a indústria nascente.



As falhas de mercado são consideradas pela **doutrina econômica** um argumento legítimo para a adoção de práticas protecionistas.

No entanto, **a OMC não considera este um argumento legítimo** para o protecionismo.

2.2.2 – Promoção da Segurança Nacional

A **promoção da segurança nacional** está definida no art. XXI do GATT. Com base nesse dispositivo, alguns teóricos protecionistas justificam a proteção a **certas indústrias**, como por exemplo a indústria bélica, a indústria energética ou mesmo a indústria de alimentos.

Segundo esses doutrinadores, se determinado país entra em um conflito armado, precisará contar com uma indústria bélica eficiente para poder lhe fornecer os armamentos de que necessita, não sendo possível depender de nenhum fornecedor estrangeiro em uma situação dessa natureza.

¹¹ KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional: teoria e política**. 8ª edição, São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2010



Em relação à proteção à indústria de alimentos, muitos países a justificam por considerá-la uma **atividade estratégica**, com o argumento de que sua população não pode ficar dependendo do fornecimento de alimentos por outro país.

2.2.3 – Deslealdade Comercial

A **deslealdade comercial** é outro argumento que pode ser utilizado para a **adoção de práticas protecionistas**, estando definida no art. VI do GATT. Assim, para combater práticas desleais de comércio, como o *dumping* ou o subsídio, admite-se que sejam adotados mecanismos protecionistas, notadamente via medidas *antidumping* e compensatórias.

2.2.4 – Restrições no Balanço de Pagamentos

Políticas protecionistas também podem ser usadas quando um país estiver sofrendo **restrições em seu Balanço de Pagamentos**. Essa possibilidade está definida no art. XII do GATT, que estabelece que uma Parte Contratante poderá, com o fim de resguardar sua posição financeira exterior e equilibrar o seu Balanço de Pagamentos, restringir o volume ou o valor das mercadorias permitidas para importar.

Essas restrições deverão, no entanto, ser impostas **na medida do necessário** para afastar a ameaça iminente de diminuição relevante de suas reservas monetárias ou deter tal diminuição ou ainda para aumentar suas reservas monetárias no caso de estas serem muito exíguas, considerando uma taxa razoável de crescimento.

2.2.5 – Surto de Importações

Um **surto de importações** também pode exigir uma política comercial protecionista, estando prevista essa possibilidade no art. XIX do GATT. Dessa forma, diante de um surto de importações que cause ou ameace causar dano à indústria nacional, é possível que sejam adotadas salvaguardas comerciais. Essa medida tem como objetivo fornecer uma proteção temporária à indústria nacional, de forma que esta possa ganhar fôlego por um instante.

2.2.6 – Exceções Gerais

O art. XX do GATT relaciona, ainda, várias situações em que se admite a adoção de práticas protecionistas. Dentre as mais importantes, citamos: **i) medidas necessárias à proteção da saúde e da vida das pessoas e dos animais e à preservação dos vegetais** (é o que dá embasamento para a aplicação de medidas sanitárias e fitossanitárias e regulamentações técnicas); **ii) medidas relativas à conservação dos recursos naturais esgotáveis**, se tais medidas forem aplicadas conjuntamente com restrições à produção ou ao consumo nacionais; **iii) medidas necessárias à proteção da moralidade pública**.





(AFRF-2002.2) Com relação às práticas protecionistas, tal como observadas nas últimas cinco décadas, é correto afirmar-se que encontram amparo na normativa da Organização Mundial do Comércio (OMC), quando justificadas pela necessidade de corrigir falhas de mercado, proteger indústrias nascentes, responder a práticas desleais de comércio e corrigir desequilíbrios comerciais.

Comentários:

Conforme a questão afirma, a normativa multilateral dá respaldo à imposição de práticas protecionistas como forma de proteger a indústria nascente e combater práticas desleais de comércio. No entanto, a OMC não ampara o protecionismo para fins de correção de “falhas de mercado”, tampouco para corrigir desequilíbrios na Balança Comercial (admite-se o protecionismo para corrigir desequilíbrios no Balanço de Pagamentos!).

Gabarito: **errado**

2.3 – Argumentos protecionistas não amparados pela normativa do sistema multilateral de comércio

Existem ideias protecionistas não amparadas pela OMC que afirmam que o livre comércio pode gerar desemprego ou, ainda, que os países em desenvolvimento devem se industrializar a qualquer custo.

2.3.1 – Desemprego Urbano

Um dos argumentos mais fortes a favor do protecionismo é o de que, se a indústria nacional for exposta à concorrência, ela **poderá sofrer prejuízos de tal ordem que ela seja levada a demitir trabalhadores**.

Cabe ressaltar, todavia, que a literatura econômica aponta **algumas controvérsias** quanto a esse ponto de vista. Uma das principais teses nesse sentido é a de que, quando o governo impõe barreiras às importações, ele estimula o setor industrial urbano e, com isso, há migração em massa do campo para a cidade. Ocorre que essa migração é tão intensa que não há emprego pra todo mundo na cidade. Com isso, o efeito das barreiras à importação torna-se exatamente o inverso do esperado: elas acabam gerando desemprego.



É importante destacar, ainda, que há várias importações que, notoriamente, promovem a utilização de mão-de-obra nacional. É o caso, por exemplo, da importação de insumos ou de bens de capital para mobiliar novas fábricas.

2.3.2 – Falhas de Mercado

Muitos economistas de índole protecionista defendem as barreiras às importações tendo como argumento a **existência de falhas de mercado**. As falhas de mercado podem ser de vários tipos, variando desde imperfeições no mercado de trabalho até a ineficiência do mercado de capitais.

Pode ser que o **sistema financeiro de um Estado não permita a alocação eficiente de recursos; ou então, a mão-de-obra utilizada em um determinado setor é tão especializada que estaria desempregada em outro setor; ou ainda, as empresas inovadoras não conseguem auferir os lucros das suas inovações**.¹² Em todos esses casos, pode-se identificar mercados que não estão em equilíbrio.

Segundo parte da literatura econômica, quando existirem falhas de mercado, os benefícios do livre comércio não serão adequadamente quantificáveis. Além disso, a produção industrial gera benefícios que não são captados pela análise convencional. Há, por exemplo, a possibilidade de que a produção de um determinado bem aperfeiçoe a tecnologia de toda a economia. Dessa forma, **quando ocorrem falhas de mercado, uma tarifa poderá aumentar o nível de bem-estar no interior do país**.

Por outro lado, cabe destacar que **teóricos liberais argumentam que as falhas de mercado devem ser corrigidas por outras políticas domésticas que não comerciais**.¹³ Nesse sentido, a opção pelo protecionismo tarifário seria apenas a **"segunda melhor"** opção (teoria do segundo melhor).

2.3.3 – Redução do Diferencial de Salários

Os trabalhadores urbanos recebem salários muito superiores aos salários dos trabalhadores rurais e, portanto, possuem melhor qualidade de vida. Com a proteção à indústria doméstica, haveria estímulo ao setor industrial, que necessitaria de mais mão-de-obra.

¹² KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional: teoria e política**. 8ª edição, São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2010

¹³ KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional: teoria e política**. 8ª edição, São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2010.



A demanda por mão-de-obra promoveria **fluxos migratórios do campo para a cidade** e, conseqüentemente, haveria um aumento do número de trabalhadores urbanos. Esses novos trabalhadores urbanos passariam, assim, a receber **salários mais elevados ao que faziam jus no campo**. Da mesma forma, por haver **menor número de trabalhadores rurais** (pouca oferta de mão-de-obra rural), estes seriam mais valorizados e, conseqüentemente, receberiam **maiores salários**.

Já destacamos, contudo, os **efeitos negativos dessa migração** que são apontados pela literatura.

2.4 – Argumentos a favor do liberalismo

Segundo as teorias do comércio internacional, o liberalismo é capaz de proporcionar **melhor eficiência alocativa dos fatores de produção**. Isso quer dizer que, cada país se especializando na produção de bens em que possua maior eficiência, a sociedade como um todo sai ganhando.

À medida em que as trocas comerciais são feitas de forma livre, é possível perceber que há **maior oferta de bens no território nacional**. Afinal de contas, não está à disposição dos consumidores somente aquilo que é produzido localmente, mas também o que é produzido no mercado internacional. Pela lei da oferta e da procura, é fácil concluirmos que o aumento da oferta irá implicar a **redução dos preços**. Dessa forma, o liberalismo leva a uma situação de **maior satisfação do consumidor**.

O efeito de redução dos preços que o livre comércio induz é também um fator de **estabilização dos preços internos**, isto é, de controle da inflação. Não há como um produtor nacional estabelecer um preço elevado para seu produto, já que ele concorrerá com fornecedores estrangeiros.

A liberalização do comércio é também responsável pelo **aumento da competitividade da indústria nacional**, ou seja, pelo aumento de sua eficiência. Além dos ganhos de eficiência, a especialização leva a **economias de escala**, aumentando a produtividade e reduzindo custos.

De fato, o **aumento do mercado consumidor** tem como efeito o aumento da produção, o que proporciona ganhos de escala, na medida em que os custos fixos se diluem mais a cada nova unidade produzida. Com o crescimento do mercado consumidor, há, também, um aumento da **relevância das exportações para a formação do Produto Interno** dos países (lembrando que PIB = Consumo + Investimentos + Gastos do Governo + Exportações – Importações).



Outro efeito do livre comércio é o **aumento da remuneração do fator de produção abundante no território nacional, o que está definido pelo Teorema Hecksher-Ohlin-Samuelson.**¹⁴

Todavia, os **defensores do protecionismo** afirmam que o liberalismo possui vários problemas, os quais enumeramos a seguir:

- 1) A divisão internacional da produção pode levar a uma **situação de dependência externa**. Diante de uma guerra ou de uma crise financeira, isso pode trazer problemas.
- 2) O liberalismo pode causar **desemprego no curto prazo**. Ressalte-se que o desemprego causado pela abertura comercial é de curto prazo, já que no longo prazo há uma realocação dos fatores de produção, inclusive da mão-de-obra.



(AFRF – 2002.2) Entre os fatores que explicam o efeito positivo do comércio sobre o crescimento destacam-se a melhor eficiência alocativa propiciada pelas trocas internacionais; a substituição de importações; e a consequente geração de superávits comerciais.

Comentários:

De fato, as diversas teorias do comércio internacional apregoam que *o livre comércio permite a maior eficiência alocativa dos fatores de produção*, que nada mais é do que a especialização de cada país na produção de bens em que possua vantagem comparativa.

O equívoco da questão está em dizer que são benefícios do livre comércio a substituição de importações e a geração de superávits comerciais. Substituição de importações está ligada ao protecionismo (e não ao livre comércio!).

Gabarito: errado

¹⁴ O **Teorema Hecksher-Ohlin-Samuelson** explica que o livre comércio produz efeitos sobre a distribuição de renda em uma economia. Como decorrência do livre comércio, há aumento da remuneração do fator de produção abundante e redução da remuneração do fator de produção escasso. É importante saber que o comércio internacional influencia na distribuição de renda em uma economia.



2.5 – Efeitos econômicos do protecionismo

A teoria econômica tem identificado inúmeros argumentos a favor do livre comércio. No entanto, apesar disso, os governos continuam adotando políticas protecionistas, as quais, segundo a visão de inúmeros economistas, geram prejuízos superiores aos lucros.

Isso porque existem fortes argumentos contra e a favor do protecionismo, os quais iremos analisar. Antes, porém, é preciso destacar que **os efeitos do protecionismo são variáveis**, dependendo de diferentes fatores.¹⁵

O primeiro fator a ser considerado é o **tamanho do mercado afetado**. Se um país grande, com amplo mercado consumidor, impuser uma tarifa sobre a importação de um determinado produto, tal medida poderá afetar o preço mundial desse produto.

Ou seja, do **ponto de vista do país grande, a imposição de barreiras à importação** pode se tornar uma **estratégia viável, pois melhora seus termos de troca** (argumento dos termos de troca a favor das tarifas).¹⁶

Outro fator que influencia nos efeitos econômicos do protecionismo é a **competitividade estrutural do país protegido**¹⁷. Se um país não possui estruturas produtivas eficientes, nenhuma barreira comercial será suficiente para garantir, mesmo no longo prazo, o desenvolvimento da competitividade da indústria protegida. Por outro lado, caso o país possua destacado potencial para o desenvolvimento de uma determinada indústria, mas, em função de economias de escala oriundas do pioneirismo de outro país, não conseguir entrar no mercado, a proteção poderá valer a pena.

A **elasticidade da demanda pelo produto afetado** também é um fator determinante nos efeitos do protecionismo. Um produto que possua demanda inelástica (demanda pouco suscetível a

¹⁵ BARRAL, Welber; BROGINI, Gilvan. Manual Prático de Defesa Comercial. São Paulo: Aduaneiras, 2007.

¹⁶ Termo de troca é a relação entre o preço das exportações e o preço das importações. Assim, teríamos que **Termos de Troca = Preço das Exportações / Preço das Importações**. A imposição de uma tarifa por um país grande, ao reduzir o preço internacional de um produto, reduz o denominador da expressão. Consequentemente, os termos de troca aumentam.

¹⁷ BARRAL, Welber; BROGINI, Gilvan. Manual Prático de Defesa Comercial. São Paulo: Aduaneiras, 2007



variações no preço) não será afetado por barreiras comerciais de pequeno custo. Nesse sentido, uma tarifa ótima dependerá das características de cada produto.¹⁸

Pois bem. Ao contrário do liberalismo, no protecionismo a política comercial é conduzida de forma a dificultar as trocas internacionais, seja por meio da utilização de barreiras tarifárias ou não-tarifárias.

Dessa forma, há uma **diminuição da oferta** de produtos no território nacional, já que ela estará limitada aos bens produzidos localmente. Com a diminuição da oferta, há um **aumento dos preços** e, conseqüentemente, uma **redução o poder aquisitivo dos consumidores**. Ainda do ponto de vista dos consumidores, vale ressaltar que há uma diminuição das opções de consumo, o que, em uma primeira análise, acarreta também uma **redução de satisfação**.

Como não há concorrência, não há necessidade de que a indústria nacional melhore seu produto. Assim, **não há incentivos ao desenvolvimento tecnológico e aperfeiçoamento de processos e métodos de produção**. A consequência disso é que a indústria nacional vai aos poucos tornando-se obsoleta.

O protecionismo tem, também, como efeito, o **aumento da remuneração do fator de produção intensivo no bem protegido** (conforme afirma o Teorema Stolper-Samuelson). Assim, a renda dos produtores domésticos beneficiados com a proteção aumenta, é dizer, há **incremento da renda dos detentores do fator de produção intensivo no bem protegido**.

Destaque-se, adicionalmente, que uma tarifa protecionista leva também ao **aumento da renda do governo**, que se beneficia com a arrecadação dos direitos aduaneiros. As tarifas têm como efeito, ainda, o **aumento do preço do bem no país importador** e a **redução do preço desse bem no país exportador**.

Em mercados protegidos, como há menor concorrência e maiores lucros, verifica-se, ainda, um **estímulo à produção nacional**, o que favorece a **criação de empresas nacionais**. Essa condição **incentiva a concorrência interna**, e tende a **aumentar o nível de atividade e de emprego** (e, portanto, de **renda** do país).

¹⁸ BARRAL, Welber; BROGINI, Gilvan. **Manual Prático de Defesa Comercial**. São Paulo: Aduaneiras, 2007



Entretanto, segundo Paul Krugman¹⁹, um dos ganhos do livre comércio são as economias de escala. Com o **aumento do número de empresas em um mercado restrito**, cada uma irá produzir em escala ineficiente, pelo que, nessa situação, ocorrem **deseconomias de escala**.



(AFTN – 1998 – adaptada) Segundo a lógica protecionista, a adoção de tarifas favorece a criação de empresas nacionais.

Comentários:

Segundo os protecionistas, a imposição de tarifas sobre produtos importados é fator que estimula a produção nacional e, consequentemente, favorece a criação de empresas nacionais.

Gabarito: **certo**

2.6 - Modelos de Industrialização

2.6.1 - Industrialização por Substituição de Importações

Para tratar da substituição de importações (teoria do desenvolvimento), precisamos falar sobre as teorias estruturalistas desenvolvidas no âmbito da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), foro no qual Raúl Prébisch começou a difundir suas ideias.

Raúl Prébisch chegou à conclusão de que a liberalização comercial não é tão benéfica aos países em desenvolvimento quanto para os países desenvolvidos. Segundo Prébisch, os primeiros possuíam uma desvantagem relativa nas trocas internacionais. A razão disso seria o fenômeno da **"deterioração dos termos de troca"**.

Quando se fala em **"termos de troca"**, a referência que se faz é à relação existente entre os preços dos produtos das exportações e das importações de um país. A **deterioração dos termos de troca** é um fenômeno que Raúl Prébisch pôde observar ao comparar o ritmo de crescimento dos preços dos bens industrializados e dos bens primários. Ao analisar a evolução desses preços ao longo do

¹⁹ KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional: teoria e política**. 8ª edição, São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2010



tempo, Prébisch verificou que os bens primários valem cada vez menos no mercado internacional se comparados aos bens industrializados.

Para explicar isso, temos que entrar na seara da economia. Os termos de troca se deterioram em virtude da **diferença na elasticidade-renda da demanda dos bens primários e dos bens industrializados**.²⁰ Os bens primários, que são exportados pelos países em desenvolvimento, possuem menor elasticidade-renda do que os bens industrializados, isto é, a demanda por eles é menos suscetível a alterações na renda da economia. Assim, em um cenário de crescimento econômico (elevação da renda), os preços dos bens primários mantêm-se mais ou menos constantes, enquanto os preços dos bens industrializados crescem progressivamente.

O grande problema da deterioração dos termos de troca é que os **países em desenvolvimento se especializam na produção de bens primários**, enquanto os países desenvolvidos se especializam na produção de bens industrializados. Essa é a decorrência natural do Teorema Hecksher-Ohlin!

Seguindo as ideias de Prébisch, se os países em desenvolvimento aceitassem passivamente os desígnios do Teorema Hecksher-Ohlin e continuassem se especializando na produção e exportação apenas de bens primários, isso lhes traria graves prejuízos.

Dessa forma, os países em desenvolvimento deveriam desenvolver seu setor industrial a qualquer custo, diversificando a sua produção, e substituindo as importações de bens manufaturados e de maior valor agregado pela produção doméstica. Essa é a ideia que fundamenta a **teoria da substituição de importações**.

A teoria da substituição de importações foi o modelo seguido pelos países da América Latina para promover sua industrialização. Voltando no tempo, é possível verificar que o próprio Brasil adotou esse modelo de industrialização, o que identificamos com clareza especialmente durante os governos de Getúlio Vargas e de Juscelino Kubitschek.

De fato, a política de substituição de importações promoveu um crescimento e desenvolvimento econômico nos países da América Latina. Todavia, alguns aspectos negativos podem ser levantados em relação a esse modelo de industrialização tipicamente protecionista.

Quando um país leva a cabo esse tipo de industrialização, a **indústria nacional não se beneficia das economias de escala**, uma vez que sua atuação fica limitada ao mercado interno. Se a atuação da

²⁰**Elasticidade –renda da demanda:** determina o grau de sensibilidade da demanda a variações na renda. Se a elasticidade-renda da demanda é elevada (elástica), uma elevação da renda aumenta substancialmente a procura; por outro lado, se a elasticidade-renda da demanda é pequena (inelástica), uma alteração da renda não altera substancialmente a demanda.



indústria nacional não se restringisse ao mercado doméstico, seu mercado consumidor seria maior, o que lhe permitiria auferir ganhos de escala.

Além disso, a política de substituição de importações **impede que a indústria nacional fique exposta à concorrência estrangeira**. Uma vez sem concorrência, a indústria nacional não tem incentivos para desenvolver seus produtos e processos e investir em tecnologia, terminando por ficar obsoleta.

Pode-se afirmar que esse tipo de política tende a incluir um **viés em favor do setor urbano industrial**. Com a migração do campo para a cidade, diminui o número de trabalhadores no campo. Assim, começa a faltar mão-de-obra para trabalhar na produção agrícola, o que aumenta os custos de produção e, portanto, os preços desses produtos.

Cabe destacar, ainda, que quando um país adota uma política de substituição de importações, ele não consegue proteger todos os setores industriais, devendo **escolher quais setores serão beneficiados**. Isso dá margem à corrupção de funcionários do governo, que ficam suscetíveis ao *lobby* feito pela indústria nacional.

Voltando a falar sobre nosso amigo Raúl Prébisch, embora sua teoria da substituição de importações fosse eminentemente protecionista, ele afirmava que os **países da América Latina não deveriam ficar completamente insulados** do comércio internacional. Ao contrário, ele considerava que estes deveriam buscar uma maior integração econômica entre si, já que possuíam o mesmo nível de desenvolvimento econômico. Suas ideias, inclusive, culminaram na **criação da ALALC** (Associação Latino-Americana de Livre Comércio).

Segundo vários economistas, esse modelo de industrialização foi o responsável pela **estagnação tecnológica dos países latino-americanos**. Com efeito, ao isolar a indústria nacional da concorrência estrangeira, ela fica limitada, não conseguindo desenvolver-se tecnologicamente.



(AFRF – 2000-adaptada) Segundo a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), o comércio internacional tendia a gerar uma desigualdade básica nas relações de troca (uma deterioração nas relações de troca) pois os preços das matérias-primas tendiam a declinar a longo prazo, enquanto o preço dos produtos manufaturados (fabricados em geral em países desenvolvidos) tendia a subir.

Comentários:



Um fenômeno observado pelos estruturalistas foi a “deterioração dos termos de troca”, gerada pelo ritmo desigual em que crescem os preços dos produtos primários se comparados aos preços dos produtos industrializados. Com isso, os países em desenvolvimento (que se especializam na produção de bens primários!) possuem desvantagem no comércio internacional frente aos países desenvolvidos (que se especializam na produção de bens industrializados!).

Gabarito: certo

2.6.2 - Industrialização Orientada Para Exportações

Nas décadas de 50 e 60, acreditava-se que o melhor caminho para promover o desenvolvimento industrial de um país seria por meio de uma estratégia de substituição de importações. No entanto, ao analisar o crescimento das economias dos países latino-americanos (que aplicaram largamente essa doutrina), verifica-se que esse tipo de política não foi tão bem-sucedida.

Percebeu-se, pois, que o desenvolvimento industrial poderia ser alcançado através de outra estratégia, orientada para exportações. Com efeito, países que adotaram essa estratégia, abandonando logo a estratégia de substituição das importações, atingiram altas taxas de crescimento, como é o caso dos Tigres Asiáticos e da própria China (hoje 2ª economia do mundo!). Tais países têm adotado políticas direcionadas à conquista do mercado externo, caracterizando-se pela extrema abertura ao comércio internacional.

Na industrialização voltada para exportações o **foco é o mercado internacional**. Enquanto no primeiro modelo predomina o protecionismo, no segundo a filosofia é mais liberal.

As economias do Leste Asiático, apesar de não praticarem o livre comércio integralmente, possuem **taxas de proteção efetivas baixas**, inferiores às dos países em desenvolvimento. Segundo alguns autores, a **política comercial** seria, portanto, a razão principal para o rápido crescimento asiático.

Outros economistas atribuem o sucesso asiático à **política industrial**, que é baseada em incentivos setoriais e aos setores exportadores. Argumenta-se, todavia, que a política industrial nesses países foi baseada em um **“intervencionismo sofisticado”**. Nesse modelo, a intervenção do governo não seria apenas sob a forma de alíquotas, cotas e subsídios à exportação. Ao contrário, ela envolveria mecanismos mais complexos, como o incentivo governamental à pesquisa e desenvolvimento, incentivo à educação e qualificação profissional e investimentos em infra-estrutura.

Segundo alguns economistas, esses países alcançaram tal notoriedade em razão das **altas taxas de poupança interna** e dos **elevados investimentos em ensino público**.



Comparando-se o modelo de industrialização voltada para exportações com o modelo de substituição de importações, é possível inferir que no primeiro a **indústria nacional é exposta à concorrência internacional**. Essa exposição faz com que ela tenha **incentivos para investir em tecnologia e aperfeiçoar seus produtos e processos**. Por um lado, isso resulta em maior vulnerabilidade externa; por outro, permite que elas possam auferir os benefícios das economias de escala.

Destaque-se, ainda, que **os países pequenos conseguem auferir maiores benefícios no uso de políticas industriais orientadas para exportações**.



(AFRFB-2009) As economias orientadas para as exportações, como as dos países do Sudeste Asiático, praticam políticas comerciais liberais em que são combatidos os incentivos e quaisquer formas de proteção setorial, privilegiando antes a criação de um ambiente econômico favorável à plena competição comercial.

Comentários:

No modelo de industrialização orientada para exportações, há, sim, intervenção governamental acentuada, que ocorre sob a forma de subsídios e incentivos setoriais, notadamente com vistas à exportação.

Gabarito: **errado**

2.6.3 - Política Comercial Estratégica

Um dos argumentos teóricos a favor de uma política comercial ativista é a existência de falhas de mercado. Podemos apontar que uma das **falhas de mercado** reconhecidas pelos economistas é o **problema da apropriabilidade**.

O problema da apropriabilidade existe nos setores de alta tecnologia. Ele está relacionado ao fato de que as empresas de determinados setores **geram conhecimentos que são utilizados por outras empresas sem que estas últimas tenham que pagar por isso**. Dessa forma, é possível afirmar que alguns setores intensivos em tecnologia geram **externalidades positivas** que não são apropriadas em sua integralidade pelas empresas inovadoras.



Em razão disso, **o governo deve estimular a produção de bens de maior valor agregado e de maior potencial de irradiação econômica**. Afinal de contas, ninguém quer investir para que outros se beneficiem. É necessário, portanto, um estímulo estatal!

Além disso, nos utilizando dos conceitos de Raúl Prébisch, os **bens de alto valor agregado** vão valendo cada vez mais com o passar do tempo, se comparados com os bens primários, cujos termos de troca vão se deteriorando. Dessa forma, se um país estimula a produção e exportação desses bens de maior valor agregado, há uma **melhoria em seus termos de troca**, gerando crescimento econômico.

Por tudo isso é que podemos dizer que as **políticas comerciais estratégicas** se caracterizam pelo **estímulo do governo à produção e à competitividade de bens de alto valor agregado e de maior potencial de irradiação econômica** (geração de externalidades positivas), os quais são destinados fundamentalmente para os mercados de exportação.



(AFRFB-2009) A ênfase ao estímulo à produção e à competitividade de bens de alto valor agregado e de maior potencial de irradiação econômica e tecnológica a serem destinados fundamentalmente para os mercados de exportação caracteriza as políticas comerciais estratégicas.

Comentários:

Conforme comentamos acima, políticas comerciais estratégicas são aquelas que buscam estimular a produção e a exportação de bens de alto valor agregado, em razão do potencial de irradiação econômica desses bens.

Gabarito: **certo**

2.7 - Barreiras tarifárias e não-tarifárias

2.7.1 – Barreiras não-tarifárias

As barreiras comerciais se dividem em **barreiras tarifárias e barreiras não-tarifárias**. Barreiras tarifárias são as tarifas incidentes sobre as importações, isto é, os direitos aduaneiros. Barreiras



não-tarifárias, por sua vez, são, grosso modo, qualquer barreira que não seja imposta na forma de tarifa.

Durante anos de negociações comerciais sob a égide do GATT e, a partir de 1994, no âmbito da OMC, as barreiras tarifárias foram progressivamente reduzidas a patamares bem baixos. Diante do impedimento de elevar direitos aduaneiros já reduzidos, os países começaram a utilizar-se de **barreiras não-tarifárias**, que atualmente são a principal forma de protecionismo existente. Vejamos quais são as principais barreiras não-tarifárias:

a) Cotas tarifárias / Cotas não-tarifárias: tanto as cotas tarifárias quanto as não-tarifárias são restrições quantitativas às importações. As **cotas não-tarifárias** consistem em um limite quantitativo além do qual o Estado não autoriza a entrada do produto no País. As **cotas tarifárias**, por sua vez, consistem em um limite quantitativo além do qual, embora o Estado autorize a entrada do produto no País, a alíquota do imposto de importação (II) incidente é superior.

A **cota não-tarifária** é, dentre todos os mecanismos protecionistas, o que **causa maiores distorções ao fluxo do comércio internacional**.

b) Subsídios: consistem em uma contribuição financeira concedida por um governo com o objetivo de proporcionar uma vantagem a um setor específico da economia. Os subsídios podem ser basicamente de dois tipos: i) subsídios à exportação e; ii) subsídios de ajuda interna.

No **curto prazo**, os subsídios às exportações podem trazer resultados positivos para a economia, uma vez que terão como efeito expandir as exportações líquidas. Todavia, no **longo prazo**, os subsídios às exportações distorcem a alocação eficiente dos fatores de produção, trazendo **prejuízos à economia**.

Os **efeitos dos subsídios à exportação sobre os preços** são exatamente o **inverso dos efeitos provocados pelas tarifas**. As tarifas aumentam o preço do bem no país importador e reduzem o preço desse mesmo bem no país exportador. Os **subsídios à exportação reduzem o preço do bem no país importador (mercados de destino) e aumentam o preço do bem no país exportador (mercado interno)**.

Por conseguinte, conclui-se que os subsídios provocam a **deterioração dos termos de troca** do país que os concede, precisamente em decorrência da redução do preço das exportações, ou seja, do preço do bem no país importador. E não adianta exportar mais se as suas exportações valem – relativamente – cada vez menos (lembrem das lições de Raúl Prébisch).

c) Medidas Antidumping / Medidas Compensatórias: são medidas de defesa comercial autorizadas pela normativa da OMC para fazer frente, respectivamente, à prática de *dumping* e subsídio que causem dano à indústria nacional.



Tanto as medidas antidumping quanto as medidas compensatórias possuem **natureza jurídica não-tributária**, uma vez que têm a natureza de sanção por ato ilícito, divorciando-se, portanto, do conceito de tributo²¹. Considerando-se que elas não possuem natureza jurídica tributária, podemos afirmar que são barreiras não-tarifárias.

Na atualidade, pode-se dizer que há um **recurso abusivo a medidas antidumping**, tratando-se, assim, de uma nova forma de adotar práticas protecionistas. As medidas compensatórias ainda são menos disseminadas, na medida que possuem implicações políticas mais severas. Isso porque as medidas compensatórias compreendem uma contestação à própria política econômica do país que concede o subsídio²².

d) Medidas de Salvaguarda: são medidas de defesa comercial aplicadas para conter um surto de importações que cause dano grave à indústria nacional. Podem ser aplicadas na forma de elevação do imposto de importação (barreiras tarifárias) ou na forma de restrições quantitativa (barreiras não-tarifárias).

e) Licenças de Importação: representam a exigência de autorização governamental para que a importação de determinados bens possa ser concretizada. São concedidas, normalmente, antes do embarque da mercadoria no exterior. Quando utilizadas de forma arbitrária, tornam-se uma grave restrição ao comércio internacional.

f) Taxas Múltiplas de Câmbio: consiste em adotar taxas de câmbio diferenciadas conforme o produto objeto da importação. Se o governo deseja conferir proteção a determinada indústria, ele fixa uma taxa cambial elevada para as importações de bens por ela produzidos. Ao contrário, se o governo deseja flexibilizar as importações de determinado produto, ele irá fixar taxas cambiais favorecidas.

g) Regulamentações Técnicas: são medidas impostas pelos países como forma de garantir que os produtos cumpram requisitos mínimos de qualidade/desempenho. É o caso, por exemplo, dos brinquedos, que devem cumprir normas de segurança a fim de que sejam evitados acidentes envolvendo crianças.

h) Medidas sanitárias e fitossanitárias: são medidas impostas pelo governo como forma de proteger a saúde e a vida das pessoas e animais, e preservar os vegetais. Como exemplo, citamos

²¹ Segundo o Código Tributário Nacional, tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, **que não constitua em sanção de ato ilícito**, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

²² BARRAL, Welber; BROGINI, Gilvan. **Manual Prático de Defesa Comercial**. São Paulo: Aduaneiras, 2007.



as restrições historicamente impostas pela União Europeia sobre as exportações brasileiras de carne bovina.

i) Práticas Arbitrárias de Valoração Aduaneira: a valoração aduaneira é o processo de determinação da base de cálculo dos direitos aduaneiros (imposto de importação). Se um país utiliza métodos de valoração aduaneira com o **objetivo de superdimensionar a base de cálculo do imposto de importação**, estaremos diante de uma barreira não-tarifária.

j) Acordos Voluntários de Restrição às Exportações (AVREs): são acordos bilaterais por meio dos quais um país exportador se compromete a limitar suas exportações de um determinado produto para o mercado do país importador. Podemos dizer que tais acordos são “voluntários” apenas no nome, já que sua conclusão ocorre, normalmente, sob ameaças de retaliação. Para viabilizar os AVREs, o país exportador impõe restrições quantitativas (cotas) às exportações.

k) Requisitos de Conteúdo Nacional: são medidas adotadas pelo governo que condicionam a concessão de vantagens e benefícios a uma preferência por produtos nacionais.

l) Formalidades Alfandegárias: os procedimentos aduaneiros podem transformar-se em restrições não-tarifárias quando forem exageradamente burocráticos e complicados, implicando em custos adicionais aos operadores de comércio exterior.

2.7.2 – Barreiras Tarifárias

Em Comércio Internacional, o termo “tarifa” é utilizado para se fazer referência aos “**direitos aduaneiros**”, que são os gravames incidentes nas operações de comércio exterior, sejam elas importações ou mesmo exportações. Assim, “tarifa” é sinônimo de **imposto de importação** ou **imposto de exportação**.

Os direitos aduaneiros (tarifas) são sempre impostos com **finalidades extrafiscais**, buscando promover a regulação da economia.

Há diversos tipos (modalidades) de tarifas:

- a) Tarifas “ad valorem”:** são impostas na forma de um percentual incidente sobre a base de cálculo, que pode ser o valor aduaneiro (no caso de uma importação) ou o preço normal (no caso de uma exportação). Exemplo: 35%, 20%, 10%;
- b) Tarifas específicas (“ad mensuram”):** são valores impostos sobre uma determinada unidade de medida. Exemplo: R\$ 2,00 / kg; R\$ 3,00 / litro;
- c) Tarifas mistas** (compostas): são aquelas que incorporam elementos das tarifas *ad valorem* e das tarifas específicas. Exemplo: R\$ 5,00 / kg + 10%;



- d) **Tarifas técnicas:** são impostas levando-se em consideração o conteúdo ou os componentes de um determinado produto. Exemplo: R\$ 3,00/ kg de couro; R\$ 2,00/ kg de ferro.

Embora restrinjam as trocas internacionais, provocando distorções na alocação ótima dos fatores de produção, as tarifas são consideradas a forma mais **transparente** de protecionismo. Em razão disso, a OMC defende a **tarifificação das barreiras** comerciais como forma de evitar que sejam impostas restrições veladas ao comércio internacional na forma de barreiras não-tarifárias.



(AFRF-2000-adaptada) As Barreiras não-tarifárias são frequentemente apontadas como grandes obstáculos ao comércio internacional. Podem vir a se constituir Barreiras não-tarifárias (BNT) as medidas fitossanitárias, normas de segurança, as licenças de importação e as cotas.

Comentários:

São exemplos de barreiras não-tarifárias as medidas sanitárias e fitossanitárias, as normas de segurança (regulamentos técnicos), as licenças de importação e as cotas.

Gabarito: certo

LISTA DE QUESTÕES

1 – Teorias do Comércio Internacional

1.2 – Teorias Clássicas do Comércio Internacional

1. (ACE-2008) De acordo com o modelo ricardiano, as vantagens comparativas, baseadas em diferenças nos custos de produção, na demanda e na presença de economias de escala, justificam a existência do livre comércio entre países e se traduzem em ganhos adicionais para consumidores e produtores domésticos.
2. (AFRF-2000) A transnacionalização é um fenômeno distinto que, sutilmente, relega a internacionalização comercial quase a um segundo plano. Este fenômeno começou a ser percebido a meados dos anos sessenta, quando o valor da produção das subsidiárias dos grandes conglomerados industriais no estrangeiro começou a superar o valor do



comércio internacional. O auge da inversão estrangeira direta, que alentou a instalação destas sucursais, deveu-se a múltiplos fatores: a reconstrução e recuperação de um mundo destruído pela guerra, o descobrimento da possibilidade de dividir o ciclo produtivo de maneira muito mais fina do que no passado e a compreensão de que era possível ter acesso às vantagens comparativas (relativas) peculiares que ofereciam os diversos países e regiões do mundo. O grande mérito de um economista foi mostrar que o comércio também seria proveitoso para dois países, mesmo que um deles tivesse vantagem absoluta sobre o outro na produção de todas as mercadorias; mas sua vantagem seria maior em alguns produtos do que em outros. O economista em questão foi:

- a) Adam Smith
 - b) Stephen Kanitz
 - c) Keneth Galbraith
 - d) Karl Max
 - e) David Ricardo
3. (ACE-2012) De acordo com o modelo de David Ricardo, o padrão de especialização produtiva de um país e, por consequência, a composição de sua pauta exportadora está diretamente relacionada à(s):
- a) diferenças entre os custos de remuneração do capital em diferentes indústrias.
 - b) vantagens relativas determinadas pela produtividade do fator trabalho em diferentes indústrias.
 - c) dotação dos fatores de produção.
 - d) vantagens absolutas derivadas das diferenças na remuneração da mão de obra.
 - e) vantagens comparativas relativas determinadas pela produtividade do capital.
4. (EMGEPRON - 2021) A Teoria das Vantagens Comparativas, tal como desenvolvida por David Ricardo no século XIX, propunha que o país:
- a) deveria concentrar-se na exportação do bem que é capaz de produzir com menos recursos e na compra dos bens que produz com menos eficiência, em termos absolutos;



b) se tornaria mais competitivo no comércio internacional em função do acúmulo de metais preciosos, portanto suas vantagens comparativas estavam associadas às suas reservas

c) deveria regular o mercado para a promoção da riqueza e do crescimento econômico, de forma que cada nação comercializaria os bens que trouxessem as maiores vantagens comparativas;

d) se tornaria mais competitivo internacionalmente ao exportar os bens que produzisse de forma relativamente mais eficiente e importar os que têm custos relativos mais altos de produção.

5. (EMGEPRON - 2021) A tabela apresenta um exemplo hipotético de comércio de dois bens (borracha e munição) entre o país A e o país B.

País	Produtividade do trabalho (un. de trabalho para produzir 1 un. de um bem - em horas)		Custo de Oportunidade	
	Borracha	Munição	Borracha	Munição
A	80	100	0,8	1,25
B	50	90	0,55	1,8

De acordo com a teoria ricardiana das vantagens comparativas, pode-se afirmar que o país:

- a) A é mais eficiente na produção de ambos os bens e não terá interesse na troca;
- b) B é mais eficiente na produção de ambos os bens e não terá interesse na troca;
- c) A pode se especializar na produção de munição e o país B na produção de borracha, devido ao custo de oportunidade;
- d) A pode se especializar na produção de borracha e o país B na produção de munição, devido ao custo de oportunidade.

1.3 – Teorema de Hecksher-Ohlin (Teoria Neoclássica)

- 6. (Instituto Rio Branco – 2013) As teorias clássicas do comércio internacional baseiam-se na produtividade relativa da mão de obra, e a teoria neoclássica do comércio internacional, na diferença relativa de dotação dos fatores de produção.**



7. (ACE-2012) De acordo com o modelo de David Ricardo, o padrão de especialização produtiva de um país e, por consequência, a composição de sua pauta exportadora está diretamente relacionada à dotação dos fatores de produção.
8. (ACE-2012) O modelo Hecksher-Ohlin permite demonstrar como a oferta relativa de fatores de produção e o emprego dos mesmos em diferentes intensidades na produção explicam os padrões de especialização e as possibilidades do comércio internacional.
9. (AFRF-2000) Tradicionalmente os países latino-americanos mantiveram economias fechadas, fundamentalmente primário-exportadoras, com uma indústria incipiente e protegida; governos grandes, nacionalistas e pouco eficientes; setores privados excessivamente tímidos e quase inexistentes, sociedades simples, mas tremendamente dicotômicas; mercados de trabalho fortemente concentrados, e uma cultura paroquial que, de acordo com um ditado mexicano, vivia agarrada ao passado. Os primeiros passos de sua inserção no processo de globalização lhes deram acesso aos mercados comerciais, tecnológicos e financeiros internacionais e, o que é mais importante, aos mercados do conhecimento e das ideias, que favoreceu o fortalecimento de suas vinculações políticas com o resto do mundo, permitindo-lhes constituir esquemas de integração competitivos, abertos e extrovertidos, proporcionando a diversificação de sua estrutura social e ocupacional, exercendo pressão para a melhoria de seus sistemas educativos, estabelecendo desafios, cujas respostas estão surpreendentemente atrasadas, do ponto de vista da modernização de seus sistemas políticos e do Estado. Já vimos que o comércio internacional depende das diferenças dos custos (ou preços) relativos dos artigos produzidos pelos vários países.

Por que os países apresentam uma estrutura de custo diferenciado?

- a) A resposta nos é dada pelo economista Adam Smith em sua obra "Comércio Inter-regional e Internacional".
- b) A resposta nos é dada pelo economista Bertil Ohlin em sua obra "Comércio Inter-regional e Internacional".
- c) A resposta nos é dada pelo economista Peter Schumpeter em sua obra "Comércio Interregional e Internacional".
- d) A resposta nos é dada pelo economista Francis Fukuyama em sua obra "Comércio Interregional e Internacional".
- e) A resposta nos é dada pelo economista Paul Singer em sua obra "Comércio Inter-regional e Internacional".



10.(EMGEPRON - 2021) As teorias neoclássicas do comércio se diferenciam das teorias clássicas quanto ao entendimento do que constitui as vantagens comparativas. Para os teóricos neoclássicos, tais vantagens resultam de diferenças de:

- a) tecnologia ou produtividade do trabalho;
- b) custos de oportunidade e comércio intraindústria;
- c) economias de escala e processos de abertura comercial;
- d) dotação ou abundância relativa dos fatores de produção.

11.(EMGEPRON - 2021) Uma teoria afirma que cada país terá vantagens comparativas na produção de bens que empregarem de maneira mais intensiva o fator de produção relativamente abundante em sua economia nacional. A intensidade do uso do fator de produção de um bem se baseia na análise do emprego dos fatores capital e trabalho. Essa teoria é o:

- a) paradoxo de Leontief
- b) modelo Venon e Linder
- c) modelo Heckscher-Ohlin
- d) modelo dos Fatores Específicos

12.(EMGEPRON - 2021) Com base no Modelo Heckscher e Ohlin, o Brasil e o Japão, no livre comércio, deveriam especializar-se, respectivamente, nas seguintes áreas:

- a) bens intensivos em capital e bens intensivos em trabalho
- b) bens intensivos em trabalho e bens intensivos em capital
- c) bens intensivos em terra e bens intensivos em trabalho
- d) bens intensivos em trabalho e bens intensivos em terra



1.4 – Novas Teorias do Comércio Internacional

13.(ACE-2012) O aproveitamento de economias de escala em diferentes países conduz à especialização em um número restrito de produtos, reduzindo assim a oferta de bens no mercado mundial e as possibilidades de comércio entre eles.

14.(ACE-2012) Mesmo em condições de concorrência imperfeita, as possibilidades e os ganhos do comércio resultam de vantagens comparativas relativas tal como definidas no modelo ricardiano e não do aproveitamento de economias de escala pelas indústrias.

15.(ACE-2012) No modelo de concorrência monopolística centrado na produção de manufaturas, um país tanto produzirá e exportará bens manufaturados como também os importará, alimentando assim o comércio intraindústrias e gerando ganhos extras no comércio internacional.

16.(ACE-2012) Os rendimentos crescentes associados ao aproveitamento de economias de escala alimentam a concentração monopolística, levando assim ao aumento dos preços nos mercados domésticos e no mercado internacional e impactando negativamente o comércio internacional.

17.(AFRF 2000) A Teoria da Concorrência Monopolística não tem o seguinte pressuposto:

- a) Se há comércio intraindústria, um país pode produzir todos os bens.
- b) Existência de diferenciação de produtos.
- c) Existência de economias de escala.
- d) Existência de importante comércio intraindústria.
- e) Existência de um grande número de firmas produzindo bens diferenciados.

18.(EMGEPRON - 2021) As economias de escala fornecem um incentivo ao comércio internacional porque cada país especializa-se em produzir:

- a) uma variedade limitada de produtos, o que lhe permite produzir essas mercadorias de forma mais eficiente
- b) os bens que possuem vantagens absolutas, o que lhe permite produzir essas mercadorias de forma mais eficiente



c) mais bens internamente, de forma mais eficiente, fazendo uso de políticas governamentais de incentivo à produção

d) produtos diversificados, usando a mesma escala das plantas, fazendo uso das mesmas operações e/ou insumos de forma mais eficiente



- | | | |
|------------|-------------|-------------|
| 1. E | 8. C | 15. C |
| 2. Letra E | 9. Letra B | 16. E |
| 3. Letra B | 10. Letra D | 17. Letra A |
| 4. Letra D | 11. Letra C | 18. Letra A |
| 5. Letra C | 12. Letra B | |
| 6. C | 13. E | |
| 7. E | 14. E | |

LISTA DE QUESTÕES

2 – Políticas Comerciais

2.1 – Aspectos gerais

1. (AFRFB-2009) A participação no comércio internacional é importante dimensão das estratégias de desenvolvimento econômico dos países, sendo perseguida a partir de ênfases diferenciadas quanto ao grau de exposição dos mercados domésticos à competição internacional.
2. (AFRFB-2009) Países que adotam políticas comerciais de orientação liberal são contrários aos esquemas preferenciais, como o Sistema Geral de Preferências, e aos acordos regionais e sub-regionais de integração comercial celebrados no marco da Organização Mundial do Comércio por conterem, tais esquemas e acordos, componentes protecionistas.



3. (AFRF -2003) Sobre o protecionismo, em suas expressões contemporâneas, é correto afirmar-se que tem aumentado em razão da proliferação de acordos de alcance regional que mitigam o impulso liberalizante da normativa multilateral.
4. (AFRF-2002.2) Com relação às práticas protecionistas, tal como observadas nas últimas cinco décadas, é correto afirmar-se que assumiram expressão preponderantemente não-tarifária à medida que, por força de compromissos multilaterais, de acordos regionais e de iniciativas unilaterais, reduziram-se as barreiras tarifárias.
5. (AFRF – 2003) Sobre o protecionismo, em suas expressões contemporâneas, é correto afirmar-se que possui expressão eminentemente tarifária desde que os membros da OMC acordaram a tarifificação das barreiras não-tarifárias.
6. (AFRF-2002.1) No que se refere ao comércio internacional, a década de noventa foi caracterizada pelo recrudescimento do protecionismo em virtude do contexto recessivo herdado da década anterior.
7. (AFRF-2003) Sobre o protecionismo, em suas expressões contemporâneas, é correto afirmar-se que:
 - a) tem aumentado em razão da proliferação de acordos de alcance regional que mitigam o impulso liberalizante da normativa multilateral.
 - b) possui expressão eminentemente tarifária desde que os membros da OMC acordaram a tarifificação das barreiras não-tarifárias.
 - c) assume feições preponderantemente não-tarifárias, associando-se, entre outros, a procedimentos administrativos e à adoção de padrões e de controles relativos às características sanitárias e técnicas dos bens transacionados.
 - d) vem diminuindo progressivamente à medida que as tarifas também são reduzidas a patamares historicamente menores.
 - e) associa-se a estratégias defensivas dos países em desenvolvimento frente às pressões liberalizantes.

2.2 – O protecionismo no âmbito do sistema multilateral de comércio

8. (ACE – 2002) O argumento que analisa a aquisição de experiência pela economia nacional, baseado no princípio de se “aprender fazendo”, o que permite justificar a proteção a tais



indústrias por tempo indeterminado, preferencialmente longo, já que a inovação é condição necessária à manutenção da competitividade industrial.

9. (ACE-2008) A ausência de um sistema financeiro eficiente, que permita canalizar a poupança dos setores tradicionais para as novas indústrias, por representar uma falha de mercado, justifica o uso de restrições comerciais, tais como tarifas e subsídios, para proteger a indústria nascente.

10.(EMGEPRON - 2021) Os instrumentos de proteção dos governos à indústria nascente visam apoiar indústrias:

a) novas, temporariamente, até que se tornem fortes para enfrentar a concorrência internacional; para isso adotam, por exemplo, tarifas aduaneiras e quotas de importação

b) novas, sem horizonte temporal pré-definido, até que se tornem fortes para enfrentar a concorrência internacional; para isso, adotam, por exemplo, prática de dumping

c) que possuem vantagem competitiva no mercado internacional já conquistada; para isso adotam, por exemplo, instrumentos de promoção comercial

d) que possuem produtos com potencial de exportação, até que se tornem fortes para enfrentar a concorrência; para isso, adotam a industrialização orientada para exportações

2.5 – Efeitos econômicos do protecionismo

11.(ACE-2012) A imposição de tarifas às importações exerce importantes efeitos sobre a renda internamente. Acerca desses efeitos, é correto afirmar que a renda do governo e dos produtores domésticos beneficiados com a proteção tarifária aumenta, ao mesmo tempo em que se reduz o poder aquisitivo dos consumidores.

2.6 – Modelos de industrialização

12.(AFRFB 2009) A política de substituição de importações valeu-se preponderantemente de instrumentos de incentivos à produção e às exportações, tendo o protecionismo tarifário importância secundária em sua implementação.

13.(ACE-2002) Entre as principais críticas aos instrumentos utilizados para proteger indústrias nascentes estão os argumentos que apontam algumas de suas implicações, a exemplo da dificuldade de se combinar as indústrias que devem receber proteção com o modelo de substituição de importações, a concordância das indústrias em dispensar a proteção recebida e seus efeitos deletérios sobre outras indústrias.



14. (ACE-2002) Aceitando-se que os processos de industrialização por substituição de importações podem ser bem-sucedidos, implicam a necessidade da opção, pela sociedade que os implementam, de financiar um setor econômico específico, uma vez que requeiram a imposição de políticas que distorcem, a um tempo, os fluxos comerciais e a alocação eficiente dos fatores de produção internos.
15. (ACE-2008) Estratégias de desenvolvimento por meio da substituição de importações tendem a incluir um viés em favor do setor urbano industrial porque essas políticas, além de insular o setor industrial da concorrência internacional, contribuem também para reduzir o desemprego urbano, elevar os preços agrícolas e valorizar as taxas de câmbio.
16. (ACE – 2002) Os processos de industrialização por substituição de importações mostraram-se eficientes ao longo do século XX, como ilustra o desempenho dos chamados “Tigres Asiáticos”.
17. (ACE-2008) Os ganhos derivados do uso de políticas industriais orientadas para as exportações serão mais elevados quando adotadas por países pequenos, em que os setores potencialmente exportadores apresentam substanciais economias internas de escala.
18. (ACE-2012) Considerando-se a ação governamental no modelo de industrialização orientada para as exportações, é correto afirmar que:
- a) é limitada em razão do protagonismo central dos agentes econômicos privados nacionais e estrangeiros atuantes na atividade exportadora na realização de investimentos produtivos e em relação aos fatores que garantem competitividade nos mercados internacionais.
 - b) é semelhante à desenvolvida no modelo de substituição de importações na medida em que está centrada na aplicação de instrumentos tarifários e incentivos à produção.
 - c) é de caráter subsidiário e envolve fundamentalmente a promoção de marcos políticos, jurídicos e institucionais favoráveis aos investimentos e à atividade econômica.
 - d) prescinde de formas de intervenção econômica e concentra-se na proteção da livre iniciativa, da competição e dos fluxos de comércio e de investimento.
 - e) é de grande alcance, envolvendo o apoio ao desenvolvimento da infraestrutura, a concessão de incentivos fiscais e creditícios, o financiamento da produção e das exportações e investimentos em educação e qualificação profissional.
19. (EMGEPRON - 2021) Os chamados Novos Países Industrializados desenvolveram tardiamente, em comparação aos países desenvolvidos, suas estratégias de industrialização. Os chamados



Tigres Asiáticos, quando comparados aos países latino-americanos, tais como o Brasil, se diferenciam porque adotaram a industrialização:

- a) por substituição de importação por pouco tempo e com menor custo ao Estado, enfatizando a industrialização orientada para a exportação
- b) orientada para a exportação por pouco tempo e com menor custo ao Estado, enfatizando a industrialização por substituição de importação
- c) por substituição de importação combinada com a orientada para a exportação no longo prazo, num modelo híbrido, com alto custo para o Estado
- d) por substituição de importação por pouco tempo e com alto custo para o Estado, liberalizando rapidamente a economia em condição de competitividade

20.(EMGEPRON - 2021) A industrialização por substituições de importações é uma política comercial que defende que:

- a) a imposição de tarifas às importações resulta em maior incentivo às exportações nacionais e consequentes ganhos no comércio internacional
- b) o progresso técnico decorrente da substituição e consequente especialização nacional nos bens produzidos tenderia a equilibrar o comércio NorteSul
- c) a substituição é uma forma de lidar com a deterioração dos termos de troca e apoia o desenvolvimento de setores econômicos emergentes, aumentando a competitividade
- d) a liberalização traz benefícios ao intensificar a competição doméstica e resultar em preços mais baixos e produtos de maior qualidade, aumentando a competitividade econômica da nação

2.7 – Barreiras tarifárias e não-tarifárias

21.(ANCINE – 2013) Os acordos voluntários de restrição às exportações (AVRE) não são considerados barreiras ao comércio exterior, sendo incentivados pela OMC como alternativas às barreiras tarifárias.

22.(ACE-2002) Desde que ocorra, a proteção a indústrias nascentes atinge os resultados pretendidos a custos semelhantes, não importando muito se utiliza instrumentos tais como cotas, subsídios ou tarifas.



23. (ACE-2002) Subsídios a exportações podem produzir resultados positivos em uma economia nacional no curto prazo, por expandir as exportações líquidas, mas, no longo prazo, implicam distorções que dificultam a alocação eficiente de fatores de produção tanto internamente como, dependendo do tamanho da economia, em âmbito global.
24. (ACE-2012) Em relação aos subsídios às exportações, é correto afirmar que seus efeitos sobre os preços no mercado interno do país que os aplica são semelhantes aos de uma tarifa sobre as importações.
25. (ACE-2012) Em relação aos subsídios às exportações, é correto afirmar que produzem deterioração dos termos de troca ao elevar os preços no mercado interno e reduzi-los nos mercados de destino, o que é compensado pelo aumento da renda que provocam no mercado interno.
26. (ACE-2012) Em relação aos subsídios às exportações, é correto afirmar que possuem efeitos positivos em termos do bem-estar econômico geral de um país na medida em que contribuem diretamente para o crescimento e diversificação da atividade econômica e para o aumento do emprego e da renda nos setores exportadores.
27. (INMETRO-2010) Acerca de tarifas sobre importações e subsídios às exportações, assinale a opção correta.
- a) As tarifas sobre importações consistem em intervenções que os governos realizam para propiciar a distribuição de renda, a promoção de indústrias consideradas cruciais para a economia ou o balanço de pagamentos.
 - b) Os subsídios às exportações e as tarifas sobre as importações são quantias destinadas à equalização dos preços, por meio dos quais os bens são comercializados no país e no mercado mundial.
 - c) As mudanças nos preços geradas por tarifas sobre importações e subsídios às exportações afetam os termos de troca do país, mas não acometem os termos de troca do resto do mundo.
 - d) Os subsídios às exportações tornam mais lucrativa a venda no mercado externo, em relação ao mercado doméstico, excetuando-se a essa situação as circunstâncias em que o preço interno seja mais baixo, de modo que, por meio desse subsídio, seja aumentado o preço dos bens exportados no país.



e) A intensidade do impacto dos subsídios sobre as exportações e das tarifas de importação sobre os termos de troca relaciona-se diretamente ao desenvolvimento tecnológico do país que impõe a tarifa, de maneira que, caso o país seja uma grande potência tecnológica, não causará forte influência na oferta relativa mundial e na demanda relativa mundial e, portanto, não exercerá forte influência nos preços relativos.

28.(EMGEPRON - 2021) Um instrumento de política protecionista adotado pelos governos é a tarifa de importação, que tem como resultado:

- a) o bloqueio do bem importado, propiciando a restrição de seu consumo e o aumento da produção doméstica, gerando receita para os governos
- b) a elevação do preço do bem importado, propiciando a diminuição de seu consumo e o aumento da produção doméstica, gerando receita para os governos
- c) a restrição da quantidade do bem importado, propiciando o aumento do seu preço e o aumento da produção doméstica, gerando despesa para os governos
- d) o barateamento do preço do bem importado, propiciando o aumento de seu consumo e a diminuição da produção doméstica, gerando despesa para os governos

29.(EMGEPRON- 2021) Mecanismos de política comercial adotados pelos países afetam os termos de trocas internacionais. A adoção de medidas como proibições, quotas e barreiras técnicas são consideradas barreiras:

- a) tarifárias
- b) antidumping
- c) não tarifárias
- d) desleais de comércio





GABARITO

- | | | |
|-------------|-------------|-------------|
| 1. C | 11. C | 21. E |
| 2. E | 12. E | 22. E |
| 3. E | 13. E | 23. C |
| 4. C | 14. C | 24. E |
| 5. E | 15. E | 25. E |
| 6. E | 16. E | 26. E |
| 7. Letra C | 17. C | 27. Letra A |
| 8. E | 18. Letra E | 28. Letra B |
| 9. C | 19. Letra A | 29. Letra C |
| 10. Letra A | 20. Letra C | |



QUESTÕES COMENTADAS

1 – Teorias do Comércio Internacional

1.2 – Teorias Clássicas do Comércio Internacional

1. (ACE-2008) De acordo com o modelo ricardiano, as vantagens comparativas, baseadas em diferenças nos custos de produção, na demanda e na presença de economias de escala, justificam a existência do livre comércio entre países e se traduzem em ganhos adicionais para consumidores e produtores domésticos.

Comentários:

As diferenças entre as demandas pelos produtos e a presença de economias de escala não são levadas em consideração pelo modelo ricardiano.

Gabarito: **errado**

2. (AFRF-2000) A transnacionalização é um fenômeno distinto que, sutilmente, relega a internacionalização comercial quase a um segundo plano. Este fenômeno começou a ser percebido a meados dos anos sessenta, quando o valor da produção das subsidiárias dos grandes conglomerados industriais no estrangeiro começou a superar o valor do comércio internacional. O auge da inversão estrangeira direta, que alentou a instalação destas sucursais, deveu-se a múltiplos fatores: a reconstrução e recuperação de um mundo destruído pela guerra, o descobrimento da possibilidade de dividir o ciclo produtivo de maneira muito mais fina do que no passado e a compreensão de que era possível ter acesso às vantagens comparativas (relativas) peculiares que ofereciam os diversos países e regiões do mundo. O grande mérito de um economista foi mostrar que o comércio também seria proveitoso para dois países, mesmo que um deles tivesse vantagem absoluta sobre o outro na produção de todas as mercadorias; mas sua vantagem seria maior em alguns produtos do que em outros. O economista em questão foi:

- a) Adam Smith
- b) Stephen Kanitz
- c) Keneth Galbraith



- d) Karl Max
- e) David Ricardo

Comentários:

Típica questão da ESAF, na qual ela consegue vencer o aluno pelo cansaço! ☺

Vejamos o finalzinho do enunciado: *“O grande mérito de um economista foi mostrar que o comércio também seria proveitoso para dois países, mesmo que um deles tivesse vantagem absoluta sobre o outro na produção de todas as mercadorias; mas sua vantagem seria maior em alguns produtos do que em outros”.*

Como já sabemos, o modelo de Adam Smith não era suficiente para explicar que o comércio internacional seria possível quando um país fosse mais eficiente na produção de todos os bens considerados. Foi a Teoria das Vantagens Comparativas que conseguiu resolver esse problema!

Criada por David Ricardo, a Teoria das Vantagens Comparativas previa que *cada país deveria se especializar na produção de bens em que fosse relativamente (comparativamente) mais eficiente*. Segundo David Ricardo, o comércio internacional seria possível mesmo que um país tivesse vantagens absolutas em todos os bens considerados. A resposta é, portanto, a **letra E**.

3. (ACE-2012) De acordo com o modelo de David Ricardo, o padrão de especialização produtiva de um país e, por consequência, a composição de sua pauta exportadora está diretamente relacionada à(s):

- a) diferenças entre os custos de remuneração do capital em diferentes indústrias.
- b) vantagens relativas determinadas pela produtividade do fator trabalho em diferentes indústrias.
- c) dotação dos fatores de produção.
- d) vantagens absolutas derivadas das diferenças na remuneração da mão de obra.
- e) vantagens comparativas relativas determinadas pela produtividade do capital.

Comentários

Letra A: errada. A Teoria das Vantagens Comparativas, de David Ricardo, leva em consideração apenas a produtividade do trabalho.



Letra B: correta. No modelo ricardiano, a especialização decorre das vantagens comparativas, que são determinadas pela produtividade do trabalho, único fator de produção considerado.

Letra C: errada. O Teorema Hecksher-Ohlin é que determina que a especialização é decorrente da dotação de fatores de produção.

Letra D: errada. A Teoria das Vantagens Absolutas foi criada por Adam Smith.

Letra E: errada. O modelo ricardiano leva em consideração apenas a produtividade do trabalho.

4. (EMGEPRON - 2021) A Teoria das Vantagens Comparativas, tal como desenvolvida por David Ricardo no século XIX, propunha que o país:

- a) deveria concentrar-se na exportação do bem que é capaz de produzir com menos recursos e na compra dos bens que produz com menos eficiência, em termos absolutos
- b) se tornaria mais competitivo no comércio internacional em função do acúmulo de metais preciosos, portanto suas vantagens comparativas estavam associadas às suas reservas
- c) deveria regular o mercado para a promoção da riqueza e do crescimento econômico, de forma que cada nação comercializaria os bens que trouxessem as maiores vantagens comparativas
- d) se tornaria mais competitivo internacionalmente ao exportar os bens que produzisse de forma relativamente mais eficiente e importar os que têm custos relativos mais altos de produção

Comentários

Letra A: errada. A teoria de David Ricardo baseia-se na eficiência em termos relativos, não em termos absolutos.

Letra B: errada. A acumulação de metais preciosos está relacionada ao mercantilismo, não à Teoria das Vantagens Comparativas.

Letra C: errada. A teoria de David Ricardo não defendia a regulação do mercado.

Letra D: correta. A assertiva está perfeita. A teoria de David Ricardo defendia precisamente que os países se especializassem na produção dos bens em que fossem relativamente mais eficientes, obtendo os outros produtos mediante trocas no mercado internacional com os demais países.



5. (EMGEPRON - 2021) A tabela apresenta um exemplo hipotético de comércio de dois bens (borracha e munição) entre o país A e o país B.

País	Produtividade do trabalho (un. de trabalho para produzir 1 un. de um bem - em horas)		Custo de Oportunidade	
	Borracha	Munição	Borracha	Munição
A	80	100	0,8	1,25
B	50	90	0,55	1,8

De acordo com a teoria ricardiana das vantagens comparativas, pode-se afirmar que o país:

- a) A é mais eficiente na produção de ambos os bens e não terá interesse na troca;
- b) B é mais eficiente na produção de ambos os bens e não terá interesse na troca;
- c) A pode se especializar na produção de munição e o país B na produção de borracha, devido ao custo de oportunidade;
- d) A pode se especializar na produção de borracha e o país B na produção de munição, devido ao custo de oportunidade.

Comentários

Letra A: errada. B consegue produzir ambos os bens com menos horas do que A.

Letra B: errada. B consegue produzir ambos os bens em menos horas do que A. Mas David Ricardo nos explica que a troca é interessante mesmo nesse cenário, na medida em que devemos levar em consideração as vantagens comparativas.

Letra C: correta. Exatamente. De acordo com a teoria de David Ricardo, A deve se especializar na produção de munição, na medida em que é relativamente mais eficiente do que na produção de borracha, e o seu custo de oportunidade para a produção de munição é menor do que o de B.

Letra D: errada. A é relativamente mais eficiente na produção de munição, pelo que deve se especializar na produção desse bem.

1.3 – Teorema de Hecksher-Ohlin (Teoria Neoclássica)

6. (Instituto Rio Branco – 2013) As teorias clássicas do comércio internacional baseiam-se na produtividade relativa da mão de obra, e a teoria neoclássica do comércio internacional, na diferença relativa de dotação dos fatores de produção.



Comentários:

A Teoria das Vantagens Absolutas e a Teorias das Vantagens Comparativas são as chamadas “teorias clássicas” e estão baseadas na produtividade do trabalho. O Teorema Hecksher Ohlin, considerado uma “teoria neoclássica”, explica que o comércio internacional é resultado da diferença relativa de dotação dos fatores de produção.

Gabarito: certo.

7. (ACE-2012) De acordo com o modelo de David Ricardo, o padrão de especialização produtiva de um país e, por consequência, a composição de sua pauta exportadora está diretamente relacionada à dotação dos fatores de produção.

Comentários:

O modelo ricardiano considera a existência de apenas um fator de produção: a produtividade da mão-de-obra. O modelo que explica o comércio internacional a partir das diferenças nas dotações de fatores de produção é o teorema Hecksher-Ohlin.

Gabarito: errado.

8. (ACE-2012) O modelo Hecksher-Ohlin permite demonstrar como a oferta relativa de fatores de produção e o emprego dos mesmos em diferentes intensidades na produção explicam os padrões de especialização e as possibilidades do comércio internacional.

Comentários:

No modelo Hecksher-Ohlin, o que determina a especialização é a abundância relativa dos fatores de produção em um país, ou seja, é a oferta relativa de fatores de produção. Os países se especializam na produção de bens intensivos no fator de produção relativamente abundante no país.

Gabarito: certo.

9. (AFRF-2000) Tradicionalmente os países latino-americanos mantiveram economias fechadas, fundamentalmente primário-exportadoras, com uma indústria incipiente e protegida; governos grandes, nacionalistas e pouco eficientes; setores privados excessivamente tímidos e quase inexistentes, sociedades simples, mas tremendamente dicotômicas; mercados de trabalho fortemente concentrados, e uma cultura paroquial que, de acordo com um ditado mexicano, vivia agarrada ao passado. Os primeiros passos de sua inserção no processo de globalização lhes deram acesso aos mercados comerciais, tecnológicos e financeiros internacionais e, o que



é mais importante, aos mercados do conhecimento e das ideias, que favoreceu o fortalecimento de suas vinculações políticas com o resto do mundo, permitindo-lhes constituir esquemas de integração competitivos, abertos e extrovertidos, proporcionando a diversificação de sua estrutura social e ocupacional, exercendo pressão para a melhoria de seus sistemas educativos, estabelecendo desafios, cujas respostas estão surpreendentemente atrasadas, do ponto de vista da modernização de seus sistemas políticos e do Estado. Já vimos que o comércio internacional depende das diferenças dos custos (ou preços) relativos dos artigos produzidos pelos vários países.

Por que os países apresentam uma estrutura de custo diferenciado?

- a) A resposta nos é dada pelo economista Adam Smith em sua obra "Comércio Inter-regional e Internacional".
- b) A resposta nos é dada pelo economista Bertil Ohlin em sua obra "Comércio Inter-regional e Internacional".
- c) A resposta nos é dada pelo economista Peter Schumpeter em sua obra "Comércio Interregional e Internacional".
- d) A resposta nos é dada pelo economista Francis Fukuyama em sua obra "Comércio Interregional e Internacional".
- e) A resposta nos é dada pelo economista Paul Singer em sua obra "Comércio Inter-regional e Internacional".

Comentários:

Mais uma questão tipicamente esafiana! Texto longo e resposta simples! ☺

A grande pergunta que ela nos faz é a seguinte: por que os países apresentam uma estrutura de custo diferenciado?

Ora, os países têm estruturas de custo diferenciadas porque eles têm diferentes dotações de fatores de produção. Um fator de produção relativamente abundante no território de um país terá um custo relativo mais baixo (lei da oferta e da procura!). Isso faz com que os países se especializem na produção de bens intensivos no fator de produção *relativamente abundante* em seu território. Trata-se da explicação dada pelo Teorema Hecksher-Ohlin. A resposta é, portanto, a **letra B**.



10.(EMGEPRON - 2021) As teorias neoclássicas do comércio se diferenciam das teorias clássicas quanto ao entendimento do que constitui as vantagens comparativas. Para os teóricos neoclássicos, tais vantagens resultam de diferenças de:

- a) tecnologia ou produtividade do trabalho
- b) custos de oportunidade e comércio intraindústria
- c) economias de escala e processos de abertura comercial
- d) dotação ou abundância relativa dos fatores de produção

Comentários

Como vimos, no Teorema de Heckscher-Ohlin (teoria neoclássica), as vantagens comparativas são determinadas pela **abundância relativa dos fatores de produção**. O gabarito é a **letra D**.

11.(EMGEPRON - 2021) Uma teoria afirma que cada país terá vantagens comparativas na produção de bens que empregarem de maneira mais intensiva o fator de produção relativamente abundante em sua economia nacional. A intensidade do uso do fator de produção de um bem se baseia na análise do emprego dos fatores capital e trabalho. Essa teoria é o:

- a) paradoxo de Leontief
- b) modelo Venon e Linder
- c) modelo Heckscher-Ohlin
- d) modelo dos Fatores Específicos

Comentários

Como vimos, é o **Teorema de Heckscher-Ohlin**, que afirma que os países devem se especializar na produção de **bens intensivos no fator de produção relativamente abundante em seu território**. O gabarito é a **letra C**.

12.(EMGEPRON - 2021) Com base no Modelo Heckscher e Ohlin, o Brasil e o Japão, no livre comércio, deveriam especializar-se, respectivamente, nas seguintes áreas:

- a) bens intensivos em capital e bens intensivos em trabalho



- b) bens intensivos em trabalho e bens intensivos em capital
- c) bens intensivos em terra e bens intensivos em trabalho
- d) bens intensivos em trabalho e bens intensivos em terra

Comentários

De acordo com o Teorema de Heckscher-Ohlin, os países devem se **especializar na produção de bens intensivos no fator de produção relativamente abundante em seu território.**

O Japão é um país rico e desenvolvido (mais rico e desenvolvido do que o Brasil), pelo que deve se especializar na produção de bens intensivos no fator de produção capital.

O Brasil, por outro lado, tem a sexta maior população do mundo (maior, inclusive, do que a população do Japão), pelo que pode se especializar na produção de bens intensivos no fator de produção trabalho.

O gabarito é a **letra B.**

1.4 – Novas Teorias do Comércio Internacional

13.(ACE-2012) O aproveitamento de economias de escala em diferentes países conduz à especialização em um número restrito de produtos, reduzindo assim a oferta de bens no mercado mundial e as possibilidades de comércio entre eles.

Comentários:

As economias de escala fazem com que cada país se especialize em um número limitado de bens. No entanto, isso aumenta as possibilidades de comércio entre os países e aumenta a oferta de bens no mercado mundial.

Gabarito: **errado.**

14.(ACE-2012) Mesmo em condições de concorrência imperfeita, as possibilidades e os ganhos do comércio resultam de vantagens comparativas relativas tal como definidas no modelo ricardiano e não do aproveitamento de economias de escala pelas indústrias.

Comentários:



No modelo de concorrência imperfeita, os ganhos do comércio resultam das economias de escala.

Gabarito: errado.

15.(ACE-2012) No modelo de concorrência monopolística centrado na produção de manufaturas, um país tanto produzirá e exportará bens manufaturados como também os importará, alimentando assim o comércio intraindústrias e gerando ganhos extras no comércio internacional.

Comentários:

O modelo de concorrência monopolística explica o comércio intraindústria, que resulta das economias de escala. Assim, cada país exporta e importa, ao mesmo tempo, bens manufaturados.

Gabarito: certo.

16.(ACE-2012) Os rendimentos crescentes associados ao aproveitamento de economias de escala alimentam a concentração monopolística, levando assim ao aumento dos preços nos mercados domésticos e no mercado internacional e impactando negativamente o comércio internacional.

Comentários:

Os rendimentos crescentes de escala estão, de fato, associados ao aproveitamento de economias de escala. No entanto, os ganhos de escala levam à redução dos preços nos mercados doméstico e internacional.

Gabarito: errado

17.(AFRF 2000) A Teoria da Concorrência Monopolística não tem o seguinte pressuposto:

- a) Se há comércio intraindústria, um país pode produzir todos os bens.
- b) Existência de diferenciação de produtos.
- c) Existência de economias de escala.
- d) Existência de importante comércio intraindústria.



e) Existência de um grande número de firmas produzindo bens diferenciados.

Comentários:

Letra A: errada. No modelo de concorrência monopolística, *um país não irá produzir todos os produtos*. Ao contrário, em razão das economias de escala, haverá um importante comércio intraindústria. Nesse sentido, uma fábrica na Argentina produzirá o Renault Megane e uma fábrica no Brasil produzirá o Renault Logan. O objetivo é que a especialização leve a economias de escala.

Letra B: correta. Na concorrência monopolística, cada produtor tem o monopólio de seu produto. Isso é obtido por meio da *diferenciação do produto*.

Letra C: correta. O modelo de concorrência monopolística criado por Krugman associa a diversidade de gostos dos consumidores às economias de escala.

Letra D: correta. O modelo da concorrência monopolística busca dar explicações para a existência do comércio intra-indústria.

Letra E: correta. Na concorrência monopolística, há um grande número de produtores. Cada um deles busca diferenciar seu produto pela agregação de uma marca.

18.(EMGEPRON - 2021) As economias de escala fornecem um incentivo ao comércio internacional porque cada país especializa-se em produzir:

- a) uma variedade limitada de produtos, o que lhe permite produzir essas mercadorias de forma mais eficiente
- b) os bens que possuem vantagens absolutas, o que lhe permite produzir essas mercadorias de forma mais eficiente
- c) mais bens internamente, de forma mais eficiente, fazendo uso de políticas governamentais de incentivo à produção
- d) produtos diversificados, usando a mesma escala das plantas, fazendo uso das mesmas operações e/ou insumos de forma mais eficiente

Comentários:

Como vimos, as economias de escala surgem com a **especialização**, de modo que, cada país, ao produzir um **número restrito de bens**, terá condições de fazê-lo de maneira bem **mais eficiente** do que se tentasse produzir de tudo. O gabarito é a **letra A**.



QUESTÕES COMENTADAS

2 – Políticas Comerciais

2.1 – Aspectos gerais

1. (AFRFB-2009) A participação no comércio internacional é importante dimensão das estratégias de desenvolvimento econômico dos países, sendo perseguida a partir de ênfases diferenciadas quanto ao grau de exposição dos mercados domésticos à competição internacional.

Comentários:

A política comercial de um país está relacionada à sua estratégia de desenvolvimento. Alguns países, como o Brasil, por exemplo, são mais protecionistas. Outros, como o Chile, possuem a economia mais aberta ao mercado internacional.

Gabarito: certo

2. (AFRFB-2009) Países que adotam políticas comerciais de orientação liberal são contrários aos esquemas preferenciais, como o Sistema Geral de Preferências, e aos acordos regionais e sub-regionais de integração comercial celebrados no marco da Organização Mundial do Comércio por conterem, tais esquemas e acordos, componentes protecionistas.

Comentários:

Os países que seguem uma orientação liberalista em suas políticas de comércio exterior são a favor dos acordos regionais e dos esquemas preferenciais (SGP e SGPC).



Gabarito: errado

3. (AFRF -2003) Sobre o protecionismo, em suas expressões contemporâneas, é correto afirmar-se que tem aumentado em razão da proliferação de acordos de alcance regional que mitigam o impulso liberalizante da normativa multilateral.

Comentários:

Conforme afirma a questão, os acordos regionais de comércio têm efetivamente proliferado nos últimos anos. Em consulta ao site da OMC, pode-se verificar que há, atualmente, mais de 200 acordos regionais notificados junto àquela organização internacional. No entanto, a proliferação de acordos regionais, ao contrário do que afirma a questão, é um fato que deve ser associado ao liberalismo (não ao aumento do protecionismo).

Gabarito: errado

4. (AFRF-2002.2) Com relação às práticas protecionistas, tal como observadas nas últimas cinco décadas, é correto afirmar-se que assumiram expressão preponderantemente não-tarifária à medida que, por força de compromissos multilaterais, de acordos regionais e de iniciativas unilaterais, reduziram-se as barreiras tarifárias.

Comentários:

De fato, o protecionismo tornou-se eminentemente não-tarifário nas últimas décadas, uma vez que as tarifas foram sendo progressivamente reduzidas em razão das negociações comerciais, motivo pelo qual a questão está correta.

Gabarito: certo

5. (AFRF – 2003) Sobre o protecionismo, em suas expressões contemporâneas, é correto afirmar-se que possui expressão eminentemente tarifária desde que os membros da OMC acordaram a tarifificação das barreiras não-tarifárias.

Comentários:

O protecionismo possui, atualmente, expressão eminentemente não-tarifária.

Gabarito: errado

6. (AFRF-2002.1) No que se refere ao comércio internacional, a década de noventa foi caracterizada pelo recrudescimento do protecionismo em virtude do contexto recessivo herdado da década anterior.



Comentários:

A década de 90 ficou caracterizada pela redução do protecionismo.

Gabarito: **errado**

7. (AFRF-2003) Sobre o protecionismo, em suas expressões contemporâneas, é correto afirmar-se que:

- a) tem aumentado em razão da proliferação de acordos de alcance regional que mitigam o impulso liberalizante da normativa multilateral.
- b) possui expressão eminentemente tarifária desde que os membros da OMC acordaram a tarifificação das barreiras não-tarifárias.
- c) assume feições preponderantemente não-tarifárias, associando-se, entre outros, a procedimentos administrativos e à adoção de padrões e de controles relativos às características sanitárias e técnicas dos bens transacionados.
- d) vem diminuindo progressivamente à medida que as tarifas também são reduzidas a patamares historicamente menores.
- e) associa-se a estratégias defensivas dos países em desenvolvimento frente às pressões liberalizantes.

Comentários:

Letra A: errada. Os acordos regionais devem ser associados à liberalização comercial, ainda que em nível regional. Portanto, não se pode dizer que o protecionismo aumentou em razão da proliferação de acordos regionais.

Letra B: errada. Em razão dos compromissos tarifários assumidos pelos países no âmbito da OMC, as tarifas chegaram a um nível bem reduzido. Os países começaram, então, a pensar: "O que fazemos para proteger a indústria nacional?". Foi então que eles criaram uma nova forma de protecionismo, que é predominante nos dias de hoje: o *protecionismo não-tarifário*.

Letra C: correta. Devido à redução das tarifas, o ***protecionismo se tornou eminentemente não-tarifário***. São exemplos de barreiras não-tarifárias os regulamentos técnicos e as medidas sanitárias e fitossanitárias

Letra D: errada. No atual contexto internacional, notadamente após a crise financeira internacional eclodida em 2008, houve o ***recrudescimento das práticas protecionistas***.



Letra E: errada. Não são apenas os países em desenvolvimento que adotam práticas protecionistas. Os países desenvolvidos também o fazem.

2.2 – O protecionismo no âmbito do sistema multilateral de comércio

8. (ACE – 2002) O argumento que analisa a aquisição de experiência pela economia nacional, baseado no princípio de se “aprender fazendo”, o que permite justificar a proteção a tais indústrias por tempo indeterminado, preferencialmente longo, já que a inovação é condição necessária à manutenção da competitividade industrial.

Comentários:

A proteção à indústria nascente não deve ser feita por tempo indeterminado. Ao contrário, a proteção deverá ser temporária. Caso a proteção fosse mantida indefinidamente, poderia haver prejuízos à capacidade de inovação da economia. Se a indústria nacional fica isolada da concorrência, ela fica desestimulada a inovar e desenvolver-se tecnologicamente.

Gabarito: **errado**

9. (ACE-2008) A ausência de um sistema financeiro eficiente, que permita canalizar a poupança dos setores tradicionais para as novas indústrias, por representar uma falha de mercado, justifica o uso de restrições comerciais, tais como tarifas e subsídios, para proteger a indústria nascente.

Comentários

A existência de falhas de mercado é argumento para a utilização de práticas protecionistas que tenham como objetivo proteger a indústria nascente. Com efeito, um sistema financeiro ineficiente impede que os recursos disponíveis sejam canalizados para o desenvolvimento de novas indústrias.

Gabarito: **certo**

- 10.(EMGEPRON - 2021) Os instrumentos de proteção dos governos à indústria nascente visam apoiar indústrias:

- a) novas, temporariamente, até que se tornem fortes para enfrentar a concorrência internacional; para isso adotam, por exemplo, tarifas aduaneiras e quotas de importação
- b) novas, sem horizonte temporal pré-definido, até que se tornem fortes para enfrentar a concorrência internacional; para isso, adotam, por exemplo, prática de dumping



c) que possuem vantagem competitiva no mercado internacional já conquistada; para isso adotam, por exemplo, instrumentos de promoção comercial

d) que possuem produtos com potencial de exportação, até que se tornem fortes para enfrentar a concorrência; para isso, adotam a industrialização orientada para exportações

Comentários

Como vimos, somente podem invocar a proteção à indústria nascente como argumento para adotar medidas que afetem as importações (como tarifas ou quotas de importação) aqueles países cujas economias estejam nos **primeiros estágios de desenvolvimento**.

Além disso, não pode ser concedida à indústria nacional proteção por tempo indeterminado. A proteção deve ser **temporária**, limitada ao tempo necessário para que a indústria possa sair dos primeiros estágios de desenvolvimento e enfrentar a concorrência internacional.

O gabarito é a **letra A**.

2.5 – Efeitos econômicos do protecionismo

11.(ACE-2012) A imposição de tarifas às importações exerce importantes efeitos sobre a renda internamente. Acerca desses efeitos, é correto afirmar que a renda do governo e dos produtores domésticos beneficiados com a proteção tarifária aumenta, ao mesmo tempo em que se reduz o poder aquisitivo dos consumidores.

Comentários:

Com a imposição de uma tarifa sobre a importação, há aumento da renda do governo (pela maior arrecadação) e da renda dos detentores do fator de produção intensivo no bem protegido (produtores domésticos beneficiados pela proteção). Ao mesmo tempo, a redução da oferta do bem protegido leva ao aumento do preço, o que impacta negativamente o poder aquisitivo dos consumidores.

Gabarito: **certo**

2.6 – Modelos de industrialização

12.(AFRFB 2009) A política de substituição de importações valeu-se preponderantemente de instrumentos de incentivos à produção e às exportações, tendo o protecionismo tarifário importância secundária em sua implementação.

Comentários:



A industrialização por substituição de importações se baseava na imposição de entraves às importações e, portanto, o protecionismo tarifário tinha importância fundamental nesse processo. Adicionalmente, verificamos que a concessão de incentivos à exportação ocorria no modelo de industrialização orientada para exportações.

Gabarito: errado

13.(ACE-2002) Entre as principais críticas aos instrumentos utilizados para proteger indústrias nascentes estão os argumentos que apontam algumas de suas implicações, a exemplo da dificuldade de se combinar as indústrias que devem receber proteção com o modelo de substituição de importações, a concordância das indústrias em dispensar a proteção recebida e seus efeitos deletérios sobre outras indústrias.

Comentários:

A proteção à indústria nacional possui alguns efeitos indesejáveis sobre o fluxo de comércio exterior. Em primeiro lugar, nem todas as indústrias podem ser protegidas. Logo, cabe ao governo a decisão de escolher aqueles setores que receberão proteção, o que rende ensejo aos *lobbys* e à corrupção. Porém, não se pode dizer que a concordância das indústrias em dispensar a proteção recebida seja uma dificuldade. Os problemas surgem precisamente porque as indústrias nacionais protegidas *não desejam perder a proteção*.

Gabarito: errado

14.(ACE-2002) Aceitando-se que os processos de industrialização por substituição de importações podem ser bem-sucedidos, implicam a necessidade da opção, pela sociedade que os implementam, de financiar um setor econômico específico, uma vez que requeiram a imposição de políticas que distorcem, a um tempo, os fluxos comerciais e a alocação eficiente dos fatores de produção internos.

Comentários:

Na industrialização por substituição de importações, o governo deve escolher qual setor industrial será protegido (já que não há como proteger todos os setores!). Ao proteger um setor em detrimento de outros, o governo distorce os fluxos comerciais e a alocação ótima dos fatores de produção.

Gabarito: certo

15.(ACE-2008) Estratégias de desenvolvimento por meio da substituição de importações tendem a incluir um viés em favor do setor urbano industrial porque essas políticas, além de insularem



o setor industrial da concorrência internacional, contribuem também para reduzir o desemprego urbano, elevar os preços agrícolas e valorizar as taxas de câmbio.

Comentários:

A industrialização por substituição de importações não contribui para reduzir o desemprego urbano. Ao contrário, com o estímulo ao setor industrial, ocorre forte movimento migratório em direção às cidades. Como nem todo mundo consegue emprego, *o desemprego urbano acaba aumentando*.

Gabarito: errado

16.(ACE – 2002) Os processos de industrialização por substituição de importações mostraram-se eficientes ao longo do século XX, como ilustra o desempenho dos chamados “Tigres Asiáticos”.

Comentários:

Os Tigres Asiáticos adotaram um modelo de industrialização orientada para exportações. A industrialização por substituição de importações foi amplamente utilizada na América Latina.

Gabarito: errado

17.(ACE-2008) Os ganhos derivados do uso de políticas industriais orientadas para as exportações serão mais elevados quando adotadas por países pequenos, em que os setores potencialmente exportadores apresentam substanciais economias internas de escala.

Comentários:

De fato, países pequenos conseguem auferir maiores benefícios no uso de políticas industriais orientadas para exportações, haja vista o exemplo dos Tigres Asiáticos.

Gabarito: certo

18.(ACE-2012) Considerando-se a ação governamental no modelo de industrialização orientada para as exportações, é correto afirmar que:

- a) é limitada em razão do protagonismo central dos agentes econômicos privados nacionais e estrangeiros atuantes na atividade exportadora na realização de investimentos produtivos e em relação aos fatores que garantem competitividade nos mercados internacionais.



- b) é semelhante à desenvolvida no modelo de substituição de importações na medida em que está centrada na aplicação de instrumentos tarifários e incentivos à produção.
- c) é de caráter subsidiário e envolve fundamentalmente a promoção de marcos políticos, jurídicos e institucionais favoráveis aos investimentos e à atividade econômica.
- d) prescinde de formas de intervenção econômica e concentra-se na proteção da livre iniciativa, da competição e dos fluxos de comércio e de investimento.
- e) é de grande alcance, envolvendo o apoio ao desenvolvimento da infraestrutura, a concessão de incentivos fiscais e creditícios, o financiamento da produção e das exportações e investimentos em educação e qualificação profissional.

Comentários:

Letra A: errada. A ação governamental no modelo de industrialização orientada para exportações é *ampla* (e não limitada, como afirma a questão!)

Letra B: errada. O modelo de industrialização orientada para exportações é diametralmente oposto ao modelo de industrialização por substituição de importações. A utilização de *instrumentos tarifários* foi marcante no *modelo de substituição de importações*.

Letra C: errada. A ação governamental no modelo de industrialização orientada para exportações teve papel preponderante (e não subsidiário!)

Letra D: errada. No modelo de industrialização orientada para exportações, há forte intervenção governamental na economia. O governo atua concedendo incentivos fiscais e creditícios aos setores exportadores, como forma de estimular-lhes a atuação no mercado internacional.

Letra E: correta. A forte intervenção governamental foi essencial para o sucesso do modelo de industrialização orientada para exportações. Ela se manifestou por meio da concessão de incentivos fiscais e creditícios (empréstimos), investimentos em educação e em infra-estrutura.

19.(EMGEPRON - 2021) Os chamados Novos Países Industrializados desenvolveram tardiamente, em comparação aos países desenvolvidos, suas estratégias de industrialização. Os chamados Tigres Asiáticos, quando comparados aos países latino-americanos, tais como o Brasil, se diferenciam porque adotaram a industrialização:

- a) por substituição de importação por pouco tempo e com menor custo ao Estado, enfatizando a industrialização orientada para a exportação



- b) orientada para a exportação por pouco tempo e com menor custo ao Estado, enfatizando a industrialização por substituição de importação
- c) por substituição de importação combinada com a orientada para a exportação no longo prazo, num modelo híbrido, com alto custo para o Estado
- d) por substituição de importação por pouco tempo e com alto custo para o Estado, liberalizando rapidamente a economia em condição de competitividade

Comentários:

Como vimos, os Tigres Asiáticos abandonaram logo a estratégia de industrialização por substituição de importação, enfatizando, com sucesso, a industrialização orientada para as exportações, focada na conquista do mercado externo. O gabarito é a **letra A**.

20.(EMGEPRON - 2021) A industrialização por substituições de importações é uma política comercial que defende que:

- a) a imposição de tarifas às importações resulta em maior incentivo às exportações nacionais e consequentes ganhos no comércio internacional
- b) o progresso técnico decorrente da substituição e consequente especialização nacional nos bens produzidos tenderia a equilibrar o comércio NorteSul
- c) a substituição é uma forma de lidar com a deterioração dos termos de troca e apoia o desenvolvimento de setores econômicos emergentes, aumentando a competitividade
- d) a liberalização traz benefícios ao intensificar a competição doméstica e resultar em preços mais baixos e produtos de maior qualidade, aumentando a competitividade econômica da nação

Comentários:

A industrialização por substituição de importações foi defendida por Raúl Prébisch como uma forma de os países em desenvolvimento enfrentarem o problema da deterioração dos termos de troca. Segundo Prébisch, os países em desenvolvimento deveriam desenvolver seu setor industrial emergente a qualquer custo, substituindo as importações de bens manufaturados e de maior valor agregado pela produção doméstica, aumentando, assim, a sua competitividade no mercado internacional. O gabarito é a **letra C**.



2.7 – Barreiras tarifárias e não-tarifárias

21.(ANCINE – 2013) Os acordos voluntários de restrição às exportações (AVRE) não são considerados barreiras ao comércio exterior, sendo incentivados pela OMC como alternativas às barreiras tarifárias.

Comentários:

Os AVREs (acordos voluntários de restrição às exportações) são barreiras não-tarifárias. A OMC não incentiva, de modo algum, a sua utilização, uma vez que eles causam graves distorções ao fluxo do comércio internacional.

Gabarito: errado

22.(ACE-2002) Desde que ocorra, a proteção a indústrias nascentes atinge os resultados pretendidos a custos semelhantes, não importando muito se utiliza instrumentos tais como cotas, subsídios ou tarifas.

Comentários:

A imposição de tarifas, cotas e subsídios tem efeitos diferenciados sobre o comércio internacional. As cotas são o instrumento protecionista que causa maiores distorções ao comércio internacional.

Gabarito: errado

23.(ACE-2002) Subsídios a exportações podem produzir resultados positivos em uma economia nacional no curto prazo, por expandir as exportações líquidas, mas, no longo prazo, implicam distorções que dificultam a alocação eficiente de fatores de produção tanto internamente como, dependendo do tamanho da economia, em âmbito global.

Comentários:

No *longo prazo*, os subsídios às exportações distorcem a alocação eficiente dos fatores de produção, trazendo prejuízos à economia.

Gabarito: certo

24.(ACE-2012) Em relação aos subsídios às exportações, é correto afirmar que seus efeitos sobre os preços no mercado interno do país que os aplica são semelhantes aos de uma tarifa sobre as importações.



Comentários:

A ESAF retirou essa questão do livro do Paul Krugman, mas, infelizmente, pisou na bola ao elaborar o enunciado. Explico. Em seu livro, Krugman demonstra que os *efeitos dos subsídios à exportação sobre os preços* são exatamente o inverso dos efeitos provocados pelas tarifas.

Todavia, Krugman faz análise sob a ótica de “país exportador” e “país importador”. Sob essa ótica, temos que: i) as tarifas aumentam o preço do bem no país importador e reduzem o preço do bem no país exportador e; ii) os subsídios à exportação reduzem o preço do bem no país importador e aumentam o preço do bem no país exportador. Fica claro, então, que, nessa análise, os efeitos são inversos.

O problema é que a ESAF induziu o candidato a analisar o fenômeno sob a ótica do “país que aplica” o instrumento de política comercial. Nesse contexto, o que se espera é que haja aumento dos preços no mercado interno do país que aplica a tarifa (país importador), e também aumento dos preços no mercado interno do país que concede o subsídio à exportação (país exportador). A questão deveria ter sido considerada, sob essa ótica, como correta.

Todavia, como já afirmei antes, a ESAF retirou a questão do livro do Paul Krugman, que nos afirma que os *efeitos das tarifas sobre os preços* são opostos aos do subsídio à exportação.

Gabarito: **errado**

25. (ACE-2012) Em relação aos subsídios às exportações, é correto afirmar que produzem deterioração dos termos de troca ao elevar os preços no mercado interno e reduzi-los nos mercados de destino, o que é compensado pelo aumento da renda que provocam no mercado interno.

Comentários:

Os subsídios à exportação reduzem, de fato, os preços do bem no país importador (mercados de destino) e elevam o preço do bem no país exportador (mercado interno), o que leva à **deterioração dos termos de troca do país que concede o subsídio**. E não adianta exportar mais se as suas exportações valem cada vez menos, pelo que não se pode dizer que a deterioração dos termos de troca é compensada pelo aumento de renda decorrente das exportações.

Gabarito: **errado**

26. (ACE-2012) Em relação aos subsídios às exportações, é correto afirmar que possuem efeitos positivos em termos do bem-estar econômico geral de um país na medida em que contribuem



diretamente para o crescimento e diversificação da atividade econômica e para o aumento do emprego e da renda nos setores exportadores.

Comentários:

No longo prazo, os subsídios às exportações trazem prejuízo à economia, notadamente em decorrência da alocação ineficiente dos fatores de produção, pelo que não se pode dizer que a medida possui “efeitos positivos em termos do bem-estar econômico geral do país”.

Gabarito: **errado**

27.(INMETRO-2010) Acerca de tarifas sobre importações e subsídios às exportações, assinale a opção correta.

- a) As tarifas sobre importações consistem em intervenções que os governos realizam para propiciar a distribuição de renda, a promoção de indústrias consideradas cruciais para a economia ou o balanço de pagamentos.
- b) Os subsídios às exportações e as tarifas sobre as importações são quantias destinadas à equalização dos preços, por meio dos quais os bens são comercializados no país e no mercado mundial.
- c) As mudanças nos preços geradas por tarifas sobre importações e subsídios às exportações afetam os termos de troca do país, mas não acometem os termos de troca do resto do mundo.
- d) Os subsídios às exportações tornam mais lucrativa a venda no mercado externo, em relação ao mercado doméstico, excetuando-se a essa situação as circunstâncias em que o preço interno seja mais baixo, de modo que, por meio desse subsídio, seja aumentado o preço dos bens exportados no país.
- e) A intensidade do impacto dos subsídios sobre as exportações e das tarifas de importação sobre os termos de troca relaciona-se diretamente ao desenvolvimento tecnológico do país que impõe a tarifa, de maneira que, caso o país seja uma grande potência tecnológica, não causará forte influência na oferta relativa mundial e na demanda relativa mundial e, portanto, não exercerá forte influência nos preços relativos.

Comentários:

Essa foi uma questão muitíssimo difícil!



Letra A: correta. Alguns dos objetivos governamentais ao impor tarifas sobre a importação são:

- promover distribuição de renda (lembrem-se do Teorema Stolper-Samuelson!);
- proteger indústrias consideradas cruciais para a economia (lembrem-se da política comercial estratégica!);
- evitar desequilíbrios no Balanço de Pagamentos (lembrem-se do art. XII do GATT)

Letra B: errada. Não se pode dizer que os subsídios às exportações e as tarifas são destinados à equalização dos preços por meio dos quais os bens são comercializados no país e no mercado mundial. Na verdade, ocorre exatamente o contrário! Ao impor tarifas sobre automóveis, por exemplo, o governo aumenta o preço pelo qual este automóvel é comercializado internamente. Por outro lado, ao conceder subsídios às exportações de automóveis, o governo reduz o preço pelo qual este automóvel é comercializado no mercado internacional. Há, portanto, uma *divergência entre os preços praticados no mercado interno e no mercado internacional*.

Letra C: errada. *Termos de troca* podem ser definidos como a relação entre o preço das exportações de um país e o preço de suas importações. As tarifas e os subsídios afetam os termos de troca de um país, pois alteram os preços dos produtos. Se estivermos analisando um país grande, as tarifas e os subsídios poderão afetar o preço do produto no mercado mundial e, portanto, os termos de troca do resto do mundo.

Letra D: errada. Os subsídios à exportação terão o efeito de reduzir o preço dos bens exportados.

Letra E: errada. A intensidade do impacto dos subsídios sobre as exportações e das tarifas de importação sobre os termos de troca relaciona-se diretamente ao *tamanho da economia do país que impõe a tarifa*. Caso seja um país grande, ele exercerá forte influência sobre a oferta e demanda relativa mundial.

28.(EMGEPRON - 2021) Um instrumento de política protecionista adotado pelos governos é a tarifa de importação, que tem como resultado:

- a) o bloqueio do bem importado, propiciando a restrição de seu consumo e o aumento da produção doméstica, gerando receita para os governos
- b) a elevação do preço do bem importado, propiciando a diminuição de seu consumo e o aumento da produção doméstica, gerando receita para os governos
- c) a restrição da quantidade do bem importado, propiciando o aumento do seu preço e o aumento da produção doméstica, gerando despesa para os governos



d) o barateamento do preço do bem importado, propiciando o aumento de seu consumo e a diminuição da produção doméstica, gerando despesa para os governos

Comentários:

Como vimos, a imposição de uma tarifa aumenta o preço do bem importado (no mercado importador), reduzindo o seu consumo. Com isso, há um estímulo à produção doméstica, na medida em que toda a demanda passa a ser atendida pelos próprios produtores nacionais. Além disso, a arrecadação da tarifa gera, ainda, aumento da receita do Estado. O gabarito é a **letra B**.

29.(EMGEPRON- 2021) Mecanismos de política comercial adotados pelos países afetam os termos de trocas internacionais. A adoção de medidas como proibições, quotas e barreiras técnicas são consideradas barreiras:

- a) tarifárias
- b) antidumping
- c) não tarifárias
- d) desleais de comércio

Comentários:

Proibições, quotas e barreiras técnicas são exemplos de barreiras não-tarifárias. Lembrem-se que, grosso modo, qualquer barreira que não seja imposta na forma de tarifa, é considerada uma barreira não-tarifária. O gabarito é a **letra C**.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.